



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ANA LAURA PEREIRA DE MELO DIAS



Um estudo sobre o patrimônio histórico e arquitetônico: as Ruínas da Igreja de Pedra e Cal e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário na Vila de Joanes – Ilha do Marajó – Pará.

BELÉM / PA

2018

ANA LAURA PEREIRA DE MELO DIAS

Um estudo sobre o patrimônio histórico e arquitetônico: as Ruínas da Igreja de Pedra e Cal e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário na Vila de Joanes – Ilha do Marajó – Pará.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia; linha de pesquisa: Arquitetura, Desenho da Cidade e Desempenho Ambiental.

Orientador (a): Prof.^a. Dr.^a. Cybelle Salvador Miranda

BELÉM / PA

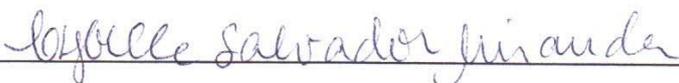
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- D541e Dias, Ana Laura Pereira de Melo
Um estudo sobre o patrimônio histórico e arquitetônico: as Ruínas da Igreja de Pedra e Cal e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário na Vila de Joanes – Ilha do Marajó – Pará. / Ana Laura Pereira de Melo Dias. — 2018
116 f. : il. color
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
Orientação: Profª. Dra. Cybelle Salvador Miranda
- I. Ruínas, Patrimônio Arquitetônico, Joanes, Ilha do Marajó - Pará. I. Salvador Miranda, Cybelle , *orient.*
II. Título
-

ANA LAURA PEREIRA DE MELO DIAS

Um estudo sobre o patrimônio histórico e arquitetônico: as Ruínas da Igreja de Pedra e Cal e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário na Vila de Joanes – Ilha do Marajó – Pará.



Orientadora

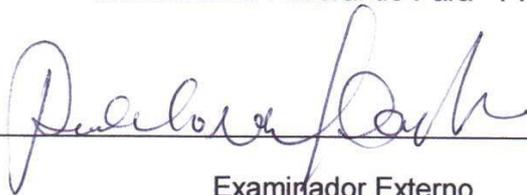
Prof^ª. Dr^ª. Cybelle Salvador Miranda

Universidade Federal do Pará - PPGAU

Examinadora Interna

Prof^ª. Dr^ª Ana Kláudia de Almeida Viana Perdigão

Universidade Federal do Pará - PPGAU



Examinador Externo

Prof. Dr. Ronaldo N. Ferreira Marques de Carvalho

Universidade Federal do Pará – ITEC - FAU

Belém/PA

2018

Dedico este trabalho aos meus amados pais Augusto Dias e M^a do Carmo Melo,

Eles, de maneiras distintas, porém não menos valiosas, direcionaram-me sempre para o caminho do bem, buscando o estudo como forma de crescimento profissional e principalmente, crescimento pessoal, afirmando que o estudo é o único bem que ninguém pode roubar de você, e com ele, você pode alcançar até o topo do mundo.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é para nosso querido Deus, sem ele, sem a sustentação ele me oferece, nada seria possível;

Agradeço grandemente aos meus bons guias espirituais que estão sempre a postos, me guiando e me fortalecendo;

Agradeço de todo meu coração à minha amada mãe, Maria do Carmo Pereira de Melo. que é meu pilar de sustentação, ela que sempre está ao meu lado, sempre me direcionou para o estudo, sempre me apoiou em minhas escolhas, ela quem me fez acreditar que eu sou capaz, ela que me deu coragem para enfrentar essa jornada;

Agradeço a minha saudosa avó materna Therezinha de Jesus Melo, pois sem o apoio dela, eu não teria conseguido concluir algumas matérias de minha graduação e não estaria aqui.

Agradeço a minha querida avó paterna, por todos os puxões de orelha e por sempre me incentivar a ser melhor.

Agradeço ao meu amado pai, que me ensinou a importância do estudo em nossa vida, que sempre me apoiou e sempre se orgulhou de mim;

Aos meus queridos e amados irmãos, que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando e me apoiando desde minhas batalhas iniciais, até esta atual vitória e a Deus por ter me presenteado com uma linda filha de coração, a Layra.

A minha querida tia, Prof^a. Me. Madacilina Melo, a quem pude recorrer nos momentos de mais incertezas, ela emana luz, profere as palavras mais doces e fortalecedoras desse mundo, muito obrigada;

Agradeço imensamente a minha querida prima Maíra Melo, por ter se dedicado comigo durante dias na elaboração de meu pré-projeto para o ingresso ao mestrado, sem o apoio dela, certamente não estaria aqui.

A minha mãe do coração, Socorro Lago, por sempre acreditar em meu potencial, por sempre me incentivar a buscar novos desafios e torcer por mim mesmo de longe.

Sou grata a minha querida orientadora, Prof^a. Dr^a. Cybelle Miranda, uma pessoa sem igual que me recebeu de braços abertos desde o primeiro encontro, me acolheu e acreditou em mim mesmo conhecendo minhas dificuldades e limitações, que me apoiou até o fim, muito obrigada professora, você é minha inspiração;

Agradeço aos meus amigos de mestrado do LAMEMO, que estiveram ali, sempre me motivando, me alegrando e me fazendo acreditar.

A professores que me auxiliaram no decorrer da escrita desse trabalho, em especial, o Prof. Dr. Ronaldo Marques de Carvalho, que me apoiou nesta pesquisa desde o início da proposta.

Agradeço imensamente aos moradores da Vila de Joanes, “nativos” e “forasteiros”, e turistas, eles foram essenciais para a elaboração dessa dissertação.

Agradeço a todos aqueles amigos que direta ou indiretamente estiveram me apoiando e emanando forças para que essa dissertação fosse concluída com êxito, em especial a Vanessa Vasconcellos, Vinicius Tadeu, aos alunos de graduação do 5º semestre ao qual eu fui estagiária, Alessandra Viana. Pessoas especiais que estiveram presentes em minha vida em diversos momentos.

Ao programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo por ter me acolhido como aluna, e à CAPES pela bolsa atribuída durante os últimos meses do Curso.

Por fim, agradeço a todos pela compreensão e apoio durante essa jornada acadêmica.

A defesa da tradição deve ser feita não para conservarmos as
cinzas, mas para soprarmos as brasas.

Jean Jaurés

O fracasso jamais o surpreenderá, se a sua decisão de vencer for
suficientemente forte.

Og Mandino

RESUMO

Com enfoque no aspecto patrimonial da Arquitetura, esta dissertação se propõe a tratar do conjunto de edificações históricas que é composto das ruínas da Igreja de Pedra e Cal e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário na Vila de Joanes, no município de Salvaterra, Ilha do Marajó, Pará. As ruínas (vestígios materiais de uma igreja de pedra e cal) e, ao lado destas, incluída no contorno de fundação ainda presente da antiga edificação, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, são objetos que desafiam pela escassez de documentos que possam auxiliar na compreensão de datas, construtores e idealizadores. Com o auxílio do método etnográfico, desenvolvi a coleta de documentação a partir de testemunhos orais, que são compostos por relatos, narrativas e diálogos com atores sociais que tem relação direta com o lugar: nativos, forasteiros e turistas, sendo estes confrontados com referências bibliográficas e documentais, bem como pela leitura de desenhos e mapas que auxiliam a contar a história da região. Deste modo, unindo as informações coletadas criou-se uma estratégia que permitiu a compreensão do passado a partir do presente, com o objetivo de se construir uma narrativa com referência na arquitetura, auxiliando a comunidade local na compreensão e valorização da cultura material em associação às práticas e tradições culturais marajoaras.

Palavras-Chave: Ruínas, Patrimônio Arquitetônico, Joanes, Ilha do Marajó - Pará.

ABSTRACT

Focused on the patrimonial aspect of the Architecture, this paper is about the set of historical buildings which is composed of a Stone and Lime Church and “Nossa Senhora do Rosário” Church, in Joanes, Salvaterra City, Marajó Island, State of Pará. The ruins (material signals of a stone and lime church) and, beside them, included in the foundation outline still remaining from the old building, “Nossa Senhora do Rosário” Church, are objects that challenge for the limited amount of documents that can help understanding dates, builders and founders. With support of the ethnographic method, I’ve developed the documentation collection from oral testimonies, which are composed for reports, narratives and dialogues with social actors who have a direct relationship with the place: natives, outsiders and tourists, who are confronted with bibliographical and documentaries references, as well as maps and drawings analysis which help telling the history of the region. Thereby, putting all the collected information together, we created a strategy that enabled the comprehension of the past from the present, with the purpose of creating a narrative with reference in the architecture, helping the local community comprehend and value the material culture in association with the cultural “marajoaras” practices and traditions.

Keywords: Ruins, Architectural Heritage, Joanes, Marajó Island - Pará.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Ruínas da Vila de Joanes.	23
Figura 02 - Localização da Vila de Joanes.	24
Figura 03 - Representação do município de Salvaterra com enfoque na Vila de Joanes.	25
Figura 04 - Municípios da Ilha do Marajó.	26
Figura 05 - Guyane française depuis l'embouchure de l'Amazone jusqu'à Surinam (16??)	31
Figura 06 - Elementos que faziam a composição do Sítio Arqueológico PA – JO – 46: Joanes e do seu entorno no ano de 2004.	35
Figura 07 - Cata-ventos instalados sob o sítio arqueológico JO – PA – 46: Joanes.	37
Figura 08 - Exposição de materiais arqueológicos encontrados em Joanes.	40
Figura 09 - Vestígios arqueológicos armazenados na E.M.E.I.F de Joanes.	41
Figura 10 - Localização da Praça antiga e da atual, na Vila de Joanes.	43
Figura 11 - Praça central de Joanes no mês de julho de 2017.	44
Figura 12 - Ruína com parte encoberta pela grama alta em fevereiro de 2018.	45
Figura 13 - Vista frontal da Igreja de Nossa Senhora do Rosário com a presença do coreto ---	46
Figura 14 - Vista frontal da Igreja de Nossa Senhora do Rosário sem a presença do coreto ---	46
Figura 15 - Sítio arqueológico JO – PA – 46: Joanes, no período do círio de Nossa Senhora do Rosário, com a presença de um parque de diversões.	47
Figura 16 - O reflexo do descaso com o patrimônio.	49
Figura 17 - Setorização das ruínas, da atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário e do contorno da antiga Igreja de Pedra e Cal.	57
Figura 18 - Prospecto da Villa de Monforte na Ilha Grande de Joannes.	58
Figura 19 - Detalhe do Prospecto da Villa de Monforte.	59
Figura 20 - Planta Baixa dos remanescentes arquitetônicos da antiga Igreja de Pedra e Cal. --	60
Figura 21 - Entrada de veículos no entorno das ruínas.	61
Figura 22 - Execução da estabilização de parte das Ruínas da Igreja de Pedra de Joanes.	62
Figura 23 - Placa de Identificação fixada ao lado das ruínas.	63
Figura 24 – Ruínas de Joanes.	67
Figura 25 - Ruínas de Joanes parede dos fundos.	67
Figura 26 - Turistas fotografando sobre as ruínas.	68
Figura 27 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes pintada para o Círio de 2017.	71
Figura 28 - Planta Baixa da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.	73

Figura 29 - Fachada principal da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes, em janeiro de 2017. -----	74
Figura 30 - Parede do altar Mor com umidade na porção superior.-----	74
Figura 31 - Reboco da parede lateral esquerda do altar mor.-----	75
Figura 32 - Caixilho da janela lateral direita em deterioração.-----	75
Figura 33 - Piso de entrada para a Sacristia da Igreja com a marcação das supostas reformas realizadas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.-----	77
Figura 34 - Seu Nivaldo e sua filha Maíra no antigo farol de Joanes no ano de 1981.-----	78
Figura 35 - Seu Eduardo e dona Maria José, mãe e filho.-----	78
Figura 36 - Pilares de apoio da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.-----	79
Figura 37 - Imagem interna da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.-----	81
Figura 38 - Imagem de Nossa Senhora do Rosário de Joanes no Círio de 2017.-----	82
Figura 39 - Procissão Fluvial em homenagem a \Nossa Senhora do Rosário de Joanes.-----	85
Figura 40 - Chegada da imagem de Nossa Senhora do Rosário de Joanes após a procissão do círio fluvial.-----	85
Figura 41 - Imagem de Nossa Senhora do Rosário sendo apresentada a comunidade pelo padre após o círio fluvial.-----	86
Figura 42 - Missa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário de Joanes.-----	86
Figura 43 - Cortejo de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.-----	87
Figura 44 - Chegada da procissão na Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.-----	88
Figura 45 - Berlinda com a imagem de Nossa Senhora do Rosário de Joanes preparada para a transladação.-----	89
Figura 46 - Trasladação de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.-----	90
Figura 47 - Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.-----	90
Figura 48 - Representação de marinheiros.-----	91
Figura 49 - Procissão observando a homenagem dos pescadores no círio de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.-----	92
Figura 50 - Homenagem feita pelos pescadores para Nossa Senhora do Rosário.-----	93
Figura 51 - Encerramento do Círio de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.-----	93
Figura 52 - Detalhe da estrutura da parede lateral da igreja.-----	94
Figura 53 - Parede de pedra e cal remanescente da antiga igreja de pedra, atualmente fazendo parte da atual igreja da Vila de Joanes.-----	95
Figura 54 – Parede de pedra e cal remanescente da antiga igreja de pedra, atualmente fazendo parte da atual igreja da Vila de Joanes.-----	96

Figura 55 – Parede Lateral da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.-----	96
Figura 56 - Rua principal para o acesso ao sítio arqueológico.-----	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Autores que dialogam sobre a congregação responsável pela construção da Igreja de Pedra e Cal de Joanes.-----	66
Quadro 02 – Atores de Pesquisa.-----	98
Quadro 03 – Síntese das palavras que se repetem com maior frequência nas entrevistas.----	100

LISTA DE ABREVIATURAS

APA MARAJÓ – Área de Proteção Ambiental do Marajó

CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

EMEIF – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

INSR – Igreja de Nossa Senhora do Rosário

NREL/USA – Laboratório Norte-americano de Energia Renovável

PPGAU – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

PARATUR – Companhia Paraense de Turismo

SETUR – Secretaria Estadual de Turismo

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	16
1. AS RUÍNAS DA VILA DE JOANES -----	23
1.1 A VILA DE JOANES NA ILHA DO MARAJÓ-----	23
1.2 O SÍTIO ARQUEOLÓGICO PA – JO – 46: JOANES-----	34
1.3 OS SENTIDOS DE RUÍNA E PATRIMÔNIO EM JOANES-----	50
1.4 O QUE SABEMOS SOBRE AS RUÍNAS DE JOANES?-----	55
2. A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE JOANES, “CONSTRUÍDA” NO SÉCULO XX -----	71
2.1 A ATUAL IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE JOANES-----	71
2.2 A FÉ QUE MANTEM DE PÉ A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE JOANES-----	82
2.3 E A PAREDE DE PEDRA E CAL?-----	94
3 . ETNOGRAFIA NA VILA DE JOANES – ILHA DO MARAJÓ PA	98
3.1 AS VOZES DA VILA DE JOANES -----	98
3.2 PERCEPÇÃO A PARTIR DA PESQUISA ETNOGRÁFICA NA VILA DE JOANES-----	102
3.3 PERSPECTIVAS E PANORAMA GERAL DA PESQUISA-----	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	110
REFERÊNCIAS -----	112
ANEXO -----	116

INTRODUÇÃO

A elaboração, o processo de desenvolvimento, a definição de um objeto de pesquisa são algumas entre tantas possibilidades existentes em um estudo acadêmico, o caminho desta jornada foi cheio de hesitações, inseguranças, desconstruções de perspectivas e mudanças. Durante esses dois anos de pesquisas, duas propostas de projeto ficaram para trás, a primeira, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) durante a seleção, intitulada: *As transformações da paisagem no bairro da Cidade Velha – Belém do Pará*, este pré-projeto tinha como objetivo analisar o efeito da ação do tempo na modificação da paisagem do bairro da Cidade Velha em Belém. A segunda proposta tinha como intuito, estudar a rua Manoel Barata no bairro da Cidade Velha, com o objetivo de analisar os efeitos da poluição visual causada pelas placas de divulgação das lojas, porém essa proposta não chegou a ser aprofundada.

Durante a realização das matérias do mestrado, surgiu a oportunidade de estudar uma matéria intitulada Tópicos Especiais em Antropologia no programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA); nesta matéria, dentre os diversos textos explanados, um deles abordou a Vila de Joanes na ilha do Marajó, despertando assim meu interesse desde a primeira leitura.

O TCC defendido em minha graduação foi uma proposta de projeto para a criação de um centro de referência cultural no município de Salvaterra na ilha do Marajó. O referido município abriga a Vila de Pescadores de Joanes, minha relação com a Vila existe desde minha infância e sempre despertou interesse. Dessa maneira, a dificuldade de acesso aos lojistas, durante as pesquisas no bairro da Cidade-Velha e Campina em Belém, a grande quantidade de trabalhos sobre essa parte da cidade foram alguns motivos que me fizeram desanimar no seguimento para a continuação da pesquisa, então observei que minha pesquisa sobre a rua Manoel Barata já tinha se perdido e que a leitura do artigo sobre Joanes, instigou meu amor pelo lugar mais uma vez, sendo o estopim para uma mudança definitiva, outra proposta de pesquisa com a temática da Ilha do Marajó, especificamente a Vila de Joanes.

A partir de então, decidi conversar com minha orientadora e explicar a real situação de minha pesquisa e juntamente com o problema, apresentar a solução. Como contraproposta, expus a ela o material que possuía como embasamento teórico para a pesquisa na ilha do Marajó, após algumas alterações e direcionamentos sabiamente feitos por ela, minha pesquisa de mestrado mudou de objeto de pesquisa.

Falar sobre a Ilha do Marajó na atualidade já não é algo surpreendente para muitos leitores, porém, abordar a temática do patrimônio arquitetônico e histórico e olhar para esta Vila com esse olhar ainda é um desafio.

As ruínas da Igreja de pedra de Joanes e todo seu entorno aguçam minha imaginação desde a infância, na infância e juventude somente por curiosidade, por ser um lugar misterioso e encantador ou talvez por carregar uma carga de memória sentimental e afetiva criada durante os anos em que o frequentei, porém, atualmente, os motivos que me fazem manter o interesse, estão embasados em dados históricos e relatos de antigos moradores da Vila, obtidos através de entrevistas realizadas no período do desenvolvimento desta presente dissertação.

Durante todos os anos de minha vida, no período de férias escolares que em Belém do Pará ocorre no mês de julho, eu e boa parte de minha família embarcamos para a Ilha do Marajó na intenção de aproveitar o veraneio na bucólica Vila de Joanes. Com o passar dos anos, ao seguir o caminho acadêmico na área da arquitetura, sempre me questioneei acerca de como poderia contribuir para a melhoria da vida dos habitantes de Joanes.

Minha proposta inicial era desenvolver algo relacionado a um projeto arquitetônico que pudesse auxiliar no desenvolvimento da Vila, trazendo ao lugar novas formas de obter recursos para se manter, porém, após meu ingresso no mestrado acadêmico da UFPA, meu olhar para a vertente do patrimônio se expandiu e então direcionei meu objetivo para um novo foco, um olhar de preservação e conscientização da população para com a Vila.

A escolha da Ilha do Marajó como *locus* de estudo foi tardia, porém não menos satisfatória, após pesquisas bibliográficas, meu interesse pela Vila de Joanes só fez aumentar e assim, vinculando as informações obtidas neste período de pesquisa, o estudo sobre a Vila é justificado e embasado teoricamente, afirmando a importância histórica e arquitetônica da região, corroborando a relevância científica do tema.

No perímetro onde se encontram as ruínas da Igreja de Pedra e Cal de Joanes e a atual igreja de Nossa Senhora do Rosário existe o registro do Sítio Arqueológico JO – PA – 46: Joanes, atribuído pelo IPHAN após uma escavação ocorrida na **E.M.E.F.** de Joanes no ano de 1986.

Diversos autores já realizaram estudos sobre a Ilha do Marajó, porém as pesquisas, em sua maioria, são direcionadas para sua significação arqueológica. Segundo Pataca (2005), existem dados quanto ao contexto histórico da região, documentos que relatam o domínio de terras fartas, a disputa de terras com os indígenas, o fornecimento do pescado que interferia diretamente na capital paraense no início de sua colonização, uma vez que: “o pescador real

foi estabelecido na Vila de Joanes em meados do séc. XVII” (SCHAAN e MARQUES, 2012. p.111).

A história da Vila a cada pesquisa vai tornando-se ainda mais fascinante e desafiadora, justificando a necessidade do estudo voltado para a vertente arquitetônica e histórica. Juntamente com o apoio dos atuais moradores que vivenciam diretamente as interferências positivas e negativas dos fragmentos de arquitetura que compõem as Ruínas de Joanes, esta pesquisa será o primeiro passo para um estudo maior e mais detalhado, com objetivo inicial de trazer para a Vila e para ilha do Marajó como um todo o olhar de valorização que ela merece.

A compreensão dessa porção do arquipélago do Marajó passa pela leitura dos estudos de cunho arqueológico no entorno das ruínas, da igreja e no sítio arqueológico o qual elas estão inseridas. Essa referência à arqueologia sediada nesta região permite questionamentos a respeito da ausência de estudos sobre a história e a arquitetura da ruína e da igreja, sobre a preservação deste bem material que se referencia ao passado, sobre a memória coletiva desses moradores e sobre o porquê de existir uma lacuna no âmbito do patrimônio histórico e arquitetônico.

Assim, a pesquisa teve como objetivo principal analisar o valor histórico e arquitetônico das ruínas da antiga Igreja de Pedra e Cal e da atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário na Vila de Joanes, incluindo documentação oral, com a finalidade de subsidiar a preservação desse patrimônio material. Para tal, buscou-se identificar os segmentos históricos e arquitetônicos que influenciam na valoração deste patrimônio, bem como a percepção dos filhos de Joanes, forasteiros e turistas em relação à igreja e às ruínas. Por fim, os dados permitiram analisar a importância da preservação das ruínas e da igreja para o enriquecimento histórico e arquitetônico da comunidade.

Como perguntas de pesquisa, inquiri se a comunidade atribui valor patrimonial às ruínas? E de que maneira a relação dos nativos, forasteiros e turistas com as ruínas pode interferir no incentivo à preservação e valorização da arquitetura do lugar?

Visando o melhor aproveitamento dos dados interpretados e da interação entre pesquisador e nativos, optou-se em realizar esta pesquisa embasada no método etnográfico, a fim de compreender a discussão patrimonial a partir da visão dos moradores, juntamente com alguns outros atores de pesquisa que são importantes para a ampliação da compreensão deste lugar.

A etnografia é sempre um desafio, afinal não é fácil se inserir em um campo nem sempre conhecido com a missão de observar e a partir de então tirar conclusões acerca de tal ação. Mesmo o campo de pesquisa sendo conhecido desde a infância, minha imersão com o olhar de

pesquisadora foi árdua, uma vez que minha percepção estava dominada por conceitos do senso comum, o que dificultou a compreensão do significado atribuído pelos nativos em Joanes. O treinamento para a adoção da etnografia como método passa pela compreensão de que:

A teoria e a prática são inseparáveis: o fazer etnográfico é perpassado o tempo todo pela teoria. Antes de ir a campo, para nos informarmos de todo o conhecimento produzido sobre a temática e o grupo a ser pesquisado; no campo, ao ser o nosso olhar e nosso escutar guiado, moldado e disciplinado pela teoria; ao voltar e escrever, pondo em ordem os fatos, isto é, traduzindo os fatos e emoldurando-os numa teoria interpretativa (URIARTE, 2012. p.1).

A etnografia se torna cada vez mais difundida, pois permite que a relação criada entre o etnógrafo e o nativo seja reconhecida, pois

O método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos (MAGNANI, 2002, p.17).

O método etnográfico é um método específico da pesquisa antropológica, consiste em uma imersão em campo, pautada no convívio direto com o objeto de estudo, onde acontece o exercício do olhar, do observar atentamente os detalhes, onde se adentra em uma outra cultura e tenta-se compreender essa realidade. Segundo Rocha e Eckert (2001), a etnografia consiste em descrever práticas e saberes de sujeitos e grupos sociais a partir de técnicas como observações e conversações desenvolvidas no contexto de uma pesquisa. Para Malinowski “não é necessário ser um “nativo” para se compreender a realidade da vida e do local em que ele está inserido” (*apud* GEERTZ, 2005. p.88).

O trabalho de observação da relação dos “filhos de Joanes”¹, “forasteiros”² e turistas com as arquiteturas pesquisadas foi fundamental para o amadurecimento da pesquisa e consequentemente a interpretação dos resultados colhidos.

O trabalho de campo foi a base central desta pesquisa, foi o apoio da maior parte da coleta de dados e das entrevistas realizadas durante esses dois anos. A relação de confiança

¹ Termo utilizado por Bezerra (2011), para identificar as pessoas nascidas em Joanes e que lá permanecem até os dias atuais.

² Termo utilizado por Bezerra (2011), para identificar as pessoas que não nasceram na Ilha do Marajó, mas que escolheram a Vila de Joanes como lugar para morar.

estabelecida entre investigadora e entrevistados não ocorreu de maneira fácil como havia imaginado que seria, acreditando que o fato de ter intensa familiaridade com a maioria dos entrevistados, a receptividade e compreensão de meu papel como pesquisadora seria aceito de maneira serena. Contudo, no papel de pesquisadora, vim a mencionar as atividades do IPHAN no trato das ruínas, o que ocasionou reações negativas em alguns nativos, sendo interpretada minha presença como parte das pesquisas antigas realizadas por arqueólogos do referido órgão juntamente com outros pesquisadores.

Quando compreendi o receio de parte da comunidade, existente por conta de má informação repassada por alguns moradores da Vila sobre o papel do IPHAN enquanto proteção do sítio arqueológico, expliquei que neste momento minha pesquisa era acadêmica e tinha como intuito unicamente compreender a relação deles com os objetos de pesquisa.

O reatar das relações de confiança foi se construindo no decorrer das visitas, e funcionou como estímulo para que eles expusessem os sentimentos e pensamentos que nutrem pelas ruínas, bem como a relação da igreja com o seu cotidiano.

Durante os períodos de 22 de julho a 1º de agosto de 2017 e nos dias 18 e 19 de novembro de 2017, participei dos principais eventos anuais da Vila: as férias de julho e o cívico de nossa Senhora do Rosário. A fim de obter a percepção dos moradores acerca da situação atual da Vila, realizei entrevistas, sendo a amostra composta majoritariamente por pessoas do sexo feminino, com idade que varia entre 28 e 80 anos. As entrevistas ocorreram em sua maioria na residência dos entrevistados ou em seu local de trabalho. É importante ressaltar que todos os entrevistados preencheram e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido personalizado para a pesquisa, permitindo com que os diálogos gravados pudessem ser transcritos e ou relatados em sua totalidade.

Para o embasamento teórico da pesquisa, foram utilizados autores de diversas áreas do conhecimento, que passam pela arquitetura, história, antropologia e até a arqueologia. Esse trabalho estabelece como prioridade o diálogo com autores que abordam a temática da arquitetura e do patrimônio, porém é de grande valia que se tenha como apoio outras áreas do conhecimento que dão suporte as questões metodológicas que envolvem a busca por uma amplitude conceitual que justifique a importância da temática proposta.

No primeiro capítulo, intitulado *As ruínas da Vila de Joanes*, trato sobre o atual contexto das ruínas na Vila de Joanes, e da importância que elas têm para a sociedade. Descrevo e cito algumas entrevistas realizadas na Vila e a compreensão de nativos, visitantes e forasteiros acerca das ruínas, trato também sobre a perspectiva do patrimônio na Vila e as consequências que este patrimônio traz para todos que moram e frequentam este local.

Relato também a provável formação planimétrica da ilha do Marajó, sua importância histórica e a relação econômica entre a cidade de Belém e a corte portuguesa com a ilha e com a Vila de Joanes no início da colonização, cito as disputas envolvendo os portugueses e os indígenas e a resistência das tribos.

A invasão dos missionários para a catequização indígena, o contexto histórico da Vila de Joanes e sua evolução, a fase do baronato de Joanes e a dificuldade de coletar dados que abordem a real situação da Vila nos períodos anteriores ao século XIX. O declínio da produção de peixe, a perda de interesse da Vila até o abandono da mesma.

Cito também as características físicas do sítio arqueológico em que se inserem os objetos de pesquisas do presente trabalho. Neste capítulo, ainda, dialogo sobre o conceito de ruína, sua função e importância para a atual compreensão da evolução arquitetônica de técnicas construtivas e configurações espaciais. Finalizando com as referências e o conhecimento existente sobre as ruínas de Joanes.

No segundo capítulo, intitulado *A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes, “construída” no século XX*, escrevo sobre o presente e o passado com relação a atual igreja da Vila e as ruínas. Exponho a planta baixa da Igreja, relato a condição em que se ela encontra estruturalmente e toda a carência enfrentada por aqueles que se propõem a ajudar a manter a igreja de pé e com uma boa aparência tanto para a visitação quanto para a realização dos eventos anuais da igreja.

Descrevo a realização do Círio de Nossa Senhora do Rosário e todos os elementos e procissões que o compõem. Neste capítulo, pontuo a parede da antiga igreja de pedra que foi utilizada como parte da atual igreja, compreendendo de que maneira essa relação de passado e presente pode ser utilizada como destaque para a preservação da edificação. Ainda abordo a temática da importância que existe em preservar o patrimônio dentro da igreja, dentre seus vestígios construtivos juntamente com sua configuração espacial e elementos internos e externos que a caracterizam arquitetonicamente.

No terceiro capítulo, intitulado *Etnografia na Vila de Joanes - Ilha do Marajó*, faz-se uma discussão entre as situações ocorridas neste período de pesquisa, durante o tempo que estive presente na Vila, relacionando a realidade do lugar com o pensamento e posicionamento dos diversos atores escolhidos para fazerem parte da pesquisa.

Abordo a relação entre nativos x forasteiros x turistas e as consequências dessas relações para com o patrimônio do lugar. Elucido a importância que a ruína exerce como símbolo de identificação de alguns grupos na Vila e o retorno que isso tem para a comunidade, relatando o posicionamento dos entrevistados com relação ao papel dos órgãos responsáveis no lugar e os

dados colhidos entre entrevistas e conversas com os atores que foram imprescindíveis para a elaboração dessa pesquisa.

Acreditando que a pesquisa contribuirá na compreensão da importância que a Vila de Joanes teve para a capital, para o entendimento da simbologia que uma ruína pode deixar para uma comunidade, e que deixará como exemplo, o significado que a pesquisa acadêmica exerce sobre uma comunidade, despertando sentimentos e colocando em questão desejos e necessidades dos indivíduos, que nem sempre coincidem com os ideais dos pesquisadores e dos gestores políticos.

1. AS RUÍNAS DA VILA DE JOANES

1.1 A VILA DE JOANES NA ILHA DO MARAJÓ

A compreensão atual sobre as ruínas da Vila de Joanes, sua importância arquitetônica e histórica varia de acordo com a relação existente entre o interlocutor e os remanescentes vestígios que perduram do que um dia foi a igreja de pedra de Nossa Senhora do Rosário.

No contexto atual, quem realiza uma visita nas ruínas, encontra apenas fragmentos de uma antiga igreja edificada em pedra e cal (figura 01) que insiste em se manter de pé em meio ao olhar descompromissado da população que vive no entorno, dos turistas e dos órgãos públicos competentes.

Figura 01 – Ruínas da Vila de Joanes.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

A Vila de Joanes localiza-se na região nordeste da Ilha do Marajó, na mesorregião do Marajó (figura 02), faz parte dos cinco distritos que compõem o município de Salvaterra e tem

população estimada em 23.096 habitantes (IBGE 2017). Para Bezerra (2014), a atual Vila de Joanes originou-se a partir de um dos aldeamentos fundados na Ilha do Marajó na segunda metade do século XVII, foi elevada à Vila no século XVIII, por um tempo, passou a se chamar Monforte e, posteriormente, voltou a seu antigo nome, Joanes. Desde o ano de 1961, tornou-se um dos distritos do município marajoara de Salvaterra – Pará.

Figura 02 – Localização da Vila de Joanes.



Fonte: Shaan e Marques (2012). Adaptada por Ana Laura Melo, 2018.

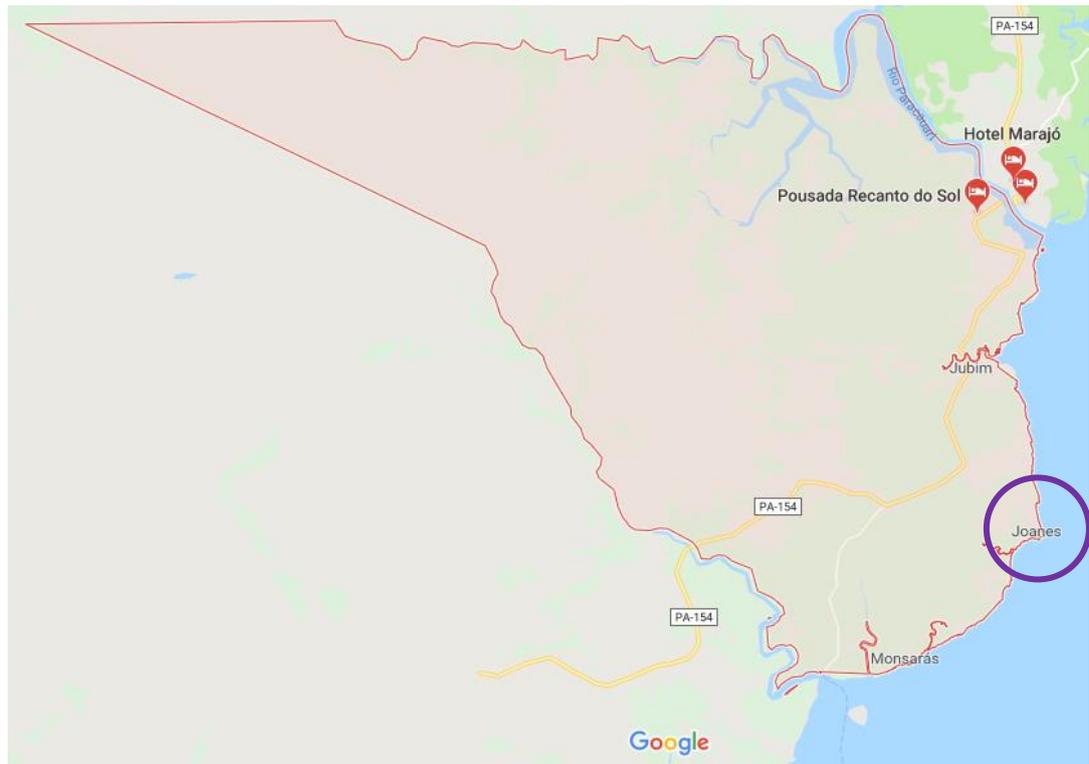
Atualmente, a Vila de Joanes é considerada uma Vila de pescadores, situando-se a 17km de sua sede, o município de Salvaterra; localizada em uma área rural do município, tem como base econômica a pesca, a agricultura de subsistência e o turismo.

Segundo Bezerra (2014), no período do verão amazônico, que abrange os meses de julho a setembro, a Vila recebe grande fluxo de turistas – brasileiros e estrangeiros – atraídos pelas praias, igarapés e, em menor escala, pelas ruínas que compõem o sítio arqueológico de Joanes.

A Vila possui algumas características peculiares e históricas que a distinguem, uma delas é a locação às margens da Baía de Marajó, próximo à praia Grande de Joanes, posição considerada privilegiada desde o início de sua colonização, é a porção mais alta da Ilha do Marajó, com uma ponta elevada cerca de 10 metros acima do nível do mar³. É considerada a ponta mais extrema da baía de Marajó, o que facilitava a comunicação entre os fortes espalhados por outras ilhas do entorno como observado na figura 03.

³ Folheto Joanes 100 anos (Anexo A).

Figura 03 – Representação do município de Salvaterra com enfoque na Vila de Joanes.



Fonte: Google Maps 2018, adaptado por Ana Laura Melo, 2018.

O arquipélago do Marajó é registrado como a maior ilha fluvio-marítima do mundo, com 49.606 km², tamanho que ultrapassa a área de estados como Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro e Espírito Santo (Atlas, 2005), é banhado ao norte e leste pelo Oceano Atlântico e pelo rio Amazonas e ao sul, pelos rios Pará e Tocantins.

Sua população é de 533.397 mil habitantes (IBGE/2015). As duas cidades mais populares do arquipélago são Soure e Salvaterra, com atrações típicas como o festival de quadrilhas e do boi-bumbá, são procuradas também pela cerâmica Marajoara que é reconhecida mundialmente, pela quantidade e qualidade de praias disponíveis para banho, por sua culinária e por sua beleza natural exuberante. O acesso à ilha ocorre por transporte fluvial e rodo fluvial, sendo os rios em muitos casos a única alternativa de transporte e comunicação entre as localidades.

A teoria mais aceita sobre a origem do nome Marajó faz menção às observações dos índios nativos da ilha, que a denominaram de “Mibaraió”, e que em língua tupi significa “anteparo do mar” ou “tapamar” (MACHADO, 1989).

Segundo Soares (2015), o Marajó abriga 12 municípios (figura 04), sendo eles: Soure (capital), Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e Chaves, Muaná, Breves, Afuá, Salvaterra, Santa

Cruz do Arari, Currealinho, São Sebastião da Boa Vista e Anajás, exercendo influência sobre outros quatro: Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel.

Figura 04 – Municípios da Ilha do Marajó.



Fonte: Soares,2015.

De acordo com o art. 13, parágrafo 2º da Constituição do Estado do Pará, de 5 de outubro de 1989, a área total do arquipélago é estabelecida como Área de Proteção ambiental do arquipélago do Marajó (APA Marajó), considerada a maior da costa norte do Brasil. Dentro do arquipélago estão inseridas outras unidades de conservação de uso sustentável: a Reserva extrativista Mapuá, no município de Breves, com 94.463 ha; a Reserva extrativista Marinha de Soure, no município de Soure, com 27.463 ha; e a Reserva extrativista Terra grande-Pacuúba, nos municípios de Curralinhos e São Sebastião da Boa Vista.

Existem diversas teorias sobre a configuração espacial da Ilha do Marajó e sua formação geológica, uma das mais aceitas, afirma que “com o levantamento orográfico dos Andes, as águas represadas do mar interior tenderam a escoar em direção leste, rompendo a faixa de terra, formando-se o Grande Arquipélago com a presença de inúmeros canais” (MIRANDA NETO, 2005, p. 28). A ilha fazia parte de um continente que se despreendeu após mudanças estruturais ocorridas de forma natural.

A ilha, muralha, ou cidadela do Rio-Mar, é um fenômeno da Natureza que os geólogos explicam: no princípio, idade terciária, era o mar inteiro, balizado pelas grandes ilhas, a Arqueana do Norte (o maciço guiano) e a Arqueana do Sul (o maciço brasileiro); depois, surgiram profundas mudanças estruturais e nova geografia no primitivo mar interior. Desníveis, oscilações, submersões, afloramentos, aberturas de rios, chuvas intensas, águas, ventos, um estranho e complexo exercício das forças que modelaram a terra. Marajó, antes parte do continente, nasce nesse descomunal laboratório. As águas forçam, porejam, despejam, derivam em direção ao oceano. Racham a terra em duas partes. Desgarram-na e forma-se a ilha. O Amazonas, que vem dos córregos gelados das Cordilheiras dos Andes, encontra o seu curso. (MACHADO, 1989, p 26).

A história se faz presente a cada busca pela compreensão deste território, desde sua criação, seus primeiros habitantes, sua cultura, sua arquitetura, “se considerarmos que a história é marcada por rupturas, recomeços contínuos, definidos por lutas e relações de força, a verdade em história passa a ser articulada por saberes que se impõem como afirmações, por discursos que emergem e consolidam práticas de poder” (DIAS, 2011, p 17).

As controvérsias existentes na conceituação histórica da Ilha do Marajó são frequentes, e acabam por tornar míticas certas narrativas acerca da ilha. Segundo Machado (1989), o navegante florentino Américo Vespúcio, em 1499, deve ter pisado nas terras de Marajó: “Vespúcio admirou a sagacidade dos índios, que por falta de mananciais de água potável bebiam o líquido depositado em grandes folhas vegetais pelo orvalho da noite”.

Machado (1989), afirma ainda que é possível que os espanhóis tenham sido os primeiros europeus a ver ou a pisar no solo do Marajó, em 1500 o espanhol Vicente Yañez Pinzon, chegou à la boca del Rio Grande: o rio Amazonas, saltando em uma ilha que provavelmente seria Marajó e levou alguns índios para a Espanha. Oferecendo ao rei uma cartografia onde figura o Rio Grande de La Dulce Mar, dessa maneira, em 5 de setembro de 1501 sendo nomeado Capitão e Governador das terras descobertas, desse modo,

Não podemos esquecer que a história é uma fabricação do historiador e ele a fabrica a partir de um lugar particular. O historiador se movimenta num campo que está diretamente relacionado com o lugar em que se encontra, fazendo com que este repercuta de alguma forma naquilo que vem a ser a sua obra ou produto dela (DIAS, 2011, p 17).

Na busca da história desse arquipélago, as informações vão se aglomerando e direcionando a pesquisa, porém, no decorrer desta, algumas documentações têm se mostrado conflitantes quando se trata a história da colonização da Amazônia no início do século XVII.

A construção do país que viria a ser o Brasil, cujo território, visto pela civilização ocidental em estado considerado “selvagem” ou natural, foi efectuada segundo os modelos da fé católica, que o Concílio de Trento iria reestruturar, e da dilatação do império português. Nessa edificação tomaram parte importante as Ordens Religiosas que, sob o regime do Padroado, realizaram ampla tarefa de evangelização, acompanhada de outra fixação do território e das populações. Foram os Franciscanos os primeiros a desembarcar das naus de Pedro Álvares Cabral, oito, sob a orientação de Frei Henrique de Coimbra, conjuntamente com nove padres seculares. (AMORIM, 2005, p.11).

As narrativas encontradas sobre a Vila de Joanes vão aos poucos esclarecendo lacunas na história, a divergência entre alguns autores no decorrer da pesquisa documental, permitindo a compreensão da importância que esta ilha teve no início do período colonial para o estado do Pará.

A grande Ilha chamada dos Joanes foi outra missão de dois Religiosos em companhia das tropas de guerra que a ella se mandaram pelas razões de que já se fez aviso a V. Magestade, e posto que os Padres tem oferecido a paz áquelas nações, mas como é em companhia das armas, e elles estão tão escandalizados dos agravos que dos Portuguezes tem recebido, não admitiram atégora a pratica da paz, e ha poucas esperanças de que venham tão cedo a admitill-a, porque dizem que conhecem mui bem a verdade dos Portuguezes, e que não querem que os captivem como tantas vezes fizeram; e esta experiência tão larga das injustiças que sempre lhe fizemos, Senhor, é a maior difficuldade que tem a conversão d’estas gentilidades. (As primeiras vinte e cinco cartas do Padre Vieira ao rei de Portugal. Maranhão, 9 de abril de 1655. *Cartas do padre Antônio Vieira*, t. I. Lisboa: Editores J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1871, pp. 55).

Chamada anteriormente Vila de Monforte, a atual Vila de Joanes era um local habitado por indígenas de diversas tribos, que se diferenciavam principalmente por suas línguas e rituais, porém, desde antes do interesse português na ilha, os índios faziam trocas com outros líderes que passavam por lá, dessa forma durante o século XVI. Enquanto os europeus se preocupavam mais com a administração e domínio político na costa leste do Brasil, outras companhias de

comércio inglesas, holandesas, espanholas e francesas faziam trocas com os líderes indígenas na foz do Amazonas (LOPES, 1999). A fim de garantir a posse da terra, já cobiçada por outras nações, a Coroa portuguesa decidiu,

Pôs-se em execução o alvará, nomearam-se as justiças para o governo temporal, na forma da lei que regula as criações das povoações; ficaram incumbidos do espiritual os mesmos missionários, sujeitos, porém, ao Exmo. Bispo, D. Fr. Miguel de Bulhões, que lhes passou as provisões de vigários e, desde esta época, verdadeiramente grande para as cousas do Marajó, tudo levou àquela revolução que necessitava. De aldeias, passaram a Vilas as povoações que mais o mereciam. Os mesmos nomes foram mudados e, por estes substituídos outros que ditou o Exmo. General. A aldeia de Joanes da administração dos padres de Santo Antônio, passou a Vila de Monforte; (Notícia Histórica da Ilha Grande de Joanes ou Marajó, p. 52).

Por conta de toda a pesquisa, dos documentos encontrados, dos relatos e entrevistas realizadas, compreende-se que o recorte definido para este estudo é de fato importante historicamente, arquitetonicamente, culturalmente, demandando maior aprofundamento histórico, análise minuciosa das documentações encontradas e de tantas outras dispersas.

Conforme pode-se ler abaixo em uma carta do Padre Antonio Vieira, o tamanho da Ilha do Marajó era algo que surpreendia, o que surpreendeu também foi a dificuldade de acesso a ilha e as disputas que ocorriam entre invasores e índios.

Na grande boca do rio das Amazonas está atravessada uma ilha de maior comprimento e largueza que todo o reino de Portugal, e habitada de muitas nações de índios, que por serem de línguas diferentes, e dificultosas, são chamados geralmente nheengaíbas. Ao princípio receberam estas nações aos nossos conquistadores em boa amizade; mas depois que a larga experiência lhes foi mostrado que o nome de falsa paz com que entravam, se convertia em declarado cativoiro, tomaram as armas em defesa da liberdade, e começaram a fazer guerra aos portugueses em toda a parte. Usa esta gente canoas ligeiras e bem armadas, com as quais não só impediam e infestavam as entradas, que nesta terra são todas por água, em que roubavam e mataram muito portugueses, mas chegavam a assaltar os índios cristãos em suas aldeias, ainda naquelas que estavam mais vizinhas às nossas fortalezas, mataram e cativaram; e até os mesmos portugueses não estavam seguros dos nheengaíbas dentro de suas próprias casas e fazendas, de que se veem ainda hoje muitas despovoadas e desertas, vivendo os moradores destas capitánias dentro em certos limites, como sitiados, sem lograr as comodidades do mar, da terra e dos rios, nem ainda a passagem deles, senão debaixo das armas”. (Carta do Padre Vieira ao rei de Portugal. Maranhão, 11 de fevereiro de

1660. *Cartas do padre Antônio Vieira*, t. I. Lisboa: Editores J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1854, pp. 80-81.)

A relação dos índios com os invasores portugueses não ocorreu de maneira rápida e amigável, os índios desta porção eram resistentes e lutaram muito para evitar a colonização, foram momentos difíceis de imaginar, quantas disputas, quantas mortes ocorreram nas batalhas até que fosse imposta a presença portuguesa na região e pôr fim a catequização e escravidão indígena pelos colonizadores que os forçavam ao trabalho para a geração de renda aos interesses da colônia.

Para conquistar a ilha, os portugueses tiveram que expulsar esses europeus e promover a vinda de missionários, que utilizavam a mão-de-obra indígena para atividades extrativas. A dominação dos portugueses foi em parte facilitada pela situação de conflito entre grupos indígenas dentro da própria ilha. O interior era ocupado pelas nações Nheengaíbas, entre as quais estavam os Joanes que teriam vindo para a costa leste fugindo da perseguição dos Aruans. (VIEIRA, 1992 *apud* SHAAN e MARQUES, 2012 p.111).

Existem alguns mapas do século XVI, período das capitânicas, quando ainda eram citados o Maranhão e o Grão-Pará com representações gráficas em que aparece um acúmulo de pequenas ilhas onde hoje é a Ilha do Marajó, nesses mapas mais antigos ainda não existia a identificação nominal da ilha por ainda não se ter considerado que não eram somente pequenas ilhotas.

Na representação abaixo (figura 05), esta porção de terra já era considerada uma ilha, porém, com nomenclatura nominal diferente da atual, é interessante observar a variação de nomes que a ilha teve no decorrer de todos esses anos. Isso deve ser considerado também para a compreensão de que o lugar já estava em observação muito antes de sua real colonização, e que sua posição privilegiada fortalece ainda mais a motivação da disputa europeia para a conquista desta região.

Figura 05 - Guyane françoise depuis l'embouchure de l'Amazone jusqu'à Surinam
(16??)



Fonte: Gallica Bibliothèque Numérique *apud* SANTOS, 2011. p.57 (Adaptado por Ana Laura Melo, 2018).

Além disso, é discutível se os nomes mencionados pelos cronistas e missionários nos relatos eram realmente os termos de que se valiam pelos próprios índios ou se realmente eram utilizados pelos europeus para classificar e rotular as diversas etnias que habitavam o arquipélago (DIAS, 2011, p. 24).

Os questionamentos acerca dos fatos e conquistas empreendidos antes da posse portuguesa, no século XVII, ainda são motivo de controvérsias entre os estudiosos do tema. Portanto, serão abordados os aspectos considerados relevantes para o enquadramento da Ilha do Marajó no período em questão.

A criação da capitania de Joanes, inicialmente, atenderia aos objetivos do colonialismo português, que buscava garantir sua soberania nos territórios incorporados após a expulsão dos franceses do Maranhão. Nesse processo, o arquipélago do Marajó se mostrou um grande desafio à empresa da conquista, devido à grande resistência que os índios impuseram aos portugueses e as alianças com

holandeses e franceses, ameaçando seriamente o domínio português sobre essa porção territorial (DIAS, 2011, p. 125).

Após a invasão portuguesa, e o já rendimento dos índios, a importância econômica da ilha do Marajó é citada em algumas cartas e documentos enviados à Belém. Shaan e Marques (2012, p. 111) relatam que “na Vila dos Joanes estabelecem-se os franciscanos, que ali constroem sua missão. A ilha torna-se uma Capitania e diversas outras construções para administração e defesa são feitas no entorno da missão. Nesse momento o local passa a se chamar Monforte”.

Não eram somente os aldeamentos controlados pelos jesuítas que tinham um caráter estratégico para a economia e manutenção da soberania portuguesa. Os aldeamentos dirigidos pelos franciscanos também correspondiam a esse propósito, caso da missão e aldeia de Joanes, administrada pelos capuchos de Santo António, onde viviam os índios Sacacas. (SANTOS, 2011, p.138).

Segundo Dias (2011), nos estudos realizados por ele sobre as capitanias privadas no período colonial, em 23 de dezembro de 1665 existe uma referência feita a Joanes, do rei D. Afonso VI, concedendo a carta de doação daquele arquipélago a António de Souza Macedo, fidalgo da casa real, do conselho do rei e Secretário de Estado. No teor da carta de doação, havia uma regra em que afirmava que os herdeiros dessa capitania se chamariam de Souza Macedo. Tomou posse no dia 2 de setembro de 1685 através de seu procurador.

Em meados do século XVII estabelece-se em Joanes o pesqueiro real, que abastecia de peixes (especialmente tainhas), tartarugas, banha de tartaruga e outros gêneros o mercado de Belém. As tainhas salgadas eram usadas também para pagamento dos índios e soldados não só da ilha, mas de parte da cidade de Belém, antes da circulação das moedas de metal. No início do século XVIII, entretanto, há uma crise de produção no pesqueiro e nas salinas próximas, o que faz com que as missões adotem a criação de gado como alternativa econômica, que se consolida, tornando-se importante na economia até hoje (SHAAN e MARQUES, 2012 p.112).

O colonialismo português exigia que a ocupação do arquipélago do Marajó ocorresse de maneira a atender as necessidades do reino, e por mais que existisse potencialidade suficiente, grande variedade de povos indígenas e sua posição geográfica fosse estratégica, o donatário da capitania revelava dificuldades para cumprir algumas formalidades exigidas em sua carta de

doação. Dessa maneira, com o passar dos anos, mesmo com dificuldade Antônio de Souza Macedo conseguiu manter a capitania produtiva.

Após sua morte, Luis Gonçalo de Souza Macedo, seu filho, assumiu a capitania e continuou enfrentando sérios problemas para conservar e administrá-la, sendo assim, aconteceram alguns conflitos entre o referido donatário da capitania, o rei, os missionários responsáveis pela organização da capitania e os índios. “Assim, o território da capitania de Joanes foi restituído à Coroa pelo valor de três mil cruzados anuais e o título de Visconde de Mesquitela, concedido a Luís de Souza Macedo Aragão Vidal, último donatário daquela capitania.” (DIAS, 2011). A decadência política e social da Vila de Joanes começou a acontecer antes mesmo da reincorporação da Ilha, uma epidemia de sarampo ataca a missão e mata 144 indígenas. Monforte é elevada a Vila em 1757, em 1764 já não tem mais como missionários a ordem dos Capuchos de Santo Antônio (SHAAN, 2006).

Pelo Alvará de 7 de junho de 1755, foi abolido o governo temporal e espiritual que tinham os missionários. As aldeias passaram a ser Vilas e lugares, ficando dez povoações na ilha de Joannes (ou Marajó): 5 Vilas e 5 lugares. As antigas aldeias com nomes indígenas foram renomeadas – atitude que simbolizaria a apropriação e controle da população. Os missionários tornaram-se apenas orientadores espirituais e criou-se uma nova estrutura política para empregar governadores, juizes, vereadores e outros oficiais (PATAÇA, 2005, p. 158).

A saída das ordens religiosas alterou o funcionamento da Vila, a extinção do pescueiro real também serviu de estopim para o abandono do local. E assim, juntamente com outras importantes Vilas, Joanes, Monsarás e Condeixa, entram em decadência. No ano de 1885 foi encontrado um relato que conta que naquele ano, a aldeia de Joanes encontrava-se abandonada, por falta de moradores. (FERREIRA PENA, 1973 *apud* SHAAN e MARQUES 2012). A Vila ficou abandonada por aproximadamente vinte anos, “a reocupação efetiva de Joanes se deu no início do século XX, por famílias de pescadores (SHAAN e MARQUES, 2012).

1.2 - O SÍTIO ARQUEOLÓGICO PA – JO – 46: JOANES.

No site do CNSA⁴, existe um documento referente ao cadastro que se refere ao sítio PA – JO – 46: Joanes; neste documento foram preenchidas as referências encontradas no local, assim, catalogando a existência do referido sítio arqueológico.

Localizado no município de Salvaterra, o sítio possui descrição sumária com a seguinte referência, é um “Sítio multicomponencial (ocupação histórica e pre-histórica) que compreende as ruínas de uma antiga missão religiosa, construída no século XVII, sobre um assentamento indígena”; afirma como fatores antrópicos, a atividade turística e ação governamental irregular de acordo com a lei de proteção ao patrimônio arqueológico, afirma também que está em avançado estado de degradação, sem proteção e submetido à deterioração por construções modernas e vandalismo, afirma ainda que a relevância do sítio é alta e apresenta como medidas para a preservação, o cercamento das ruínas até o raio de mil metros, proibindo-se qualquer construção na área sem previa pesquisa arqueológica e a urgência em informar sobre as condições do sítio aos órgãos competentes (Prefeitura de Salvaterra e PARATUR).

É interessante ressaltar que, mesmo com todas as sugestões escritas no documento, o IPHAN demorou muitos anos para se fazer presente no local e só foi acionado através do Museu paraense Emílio Goeldi no ano de 2004, mesmo que sua inclusão no registro do IPHAN tenha ocorrido no ano de 1986, quando foi realizada a primeira escavação no local, sob a coordenação de Antonio Nery Costa Neto, ocorrida após o início de uma pequena reforma nos fundos da E.M.E.I.F. de Joanes para a construção de banheiros, onde alguns operários, ao escavar o terreno para iniciar a construção, encontraram artefatos curiosos, eram fragmentos de cerâmica indígena, ossos, moedas e louças.

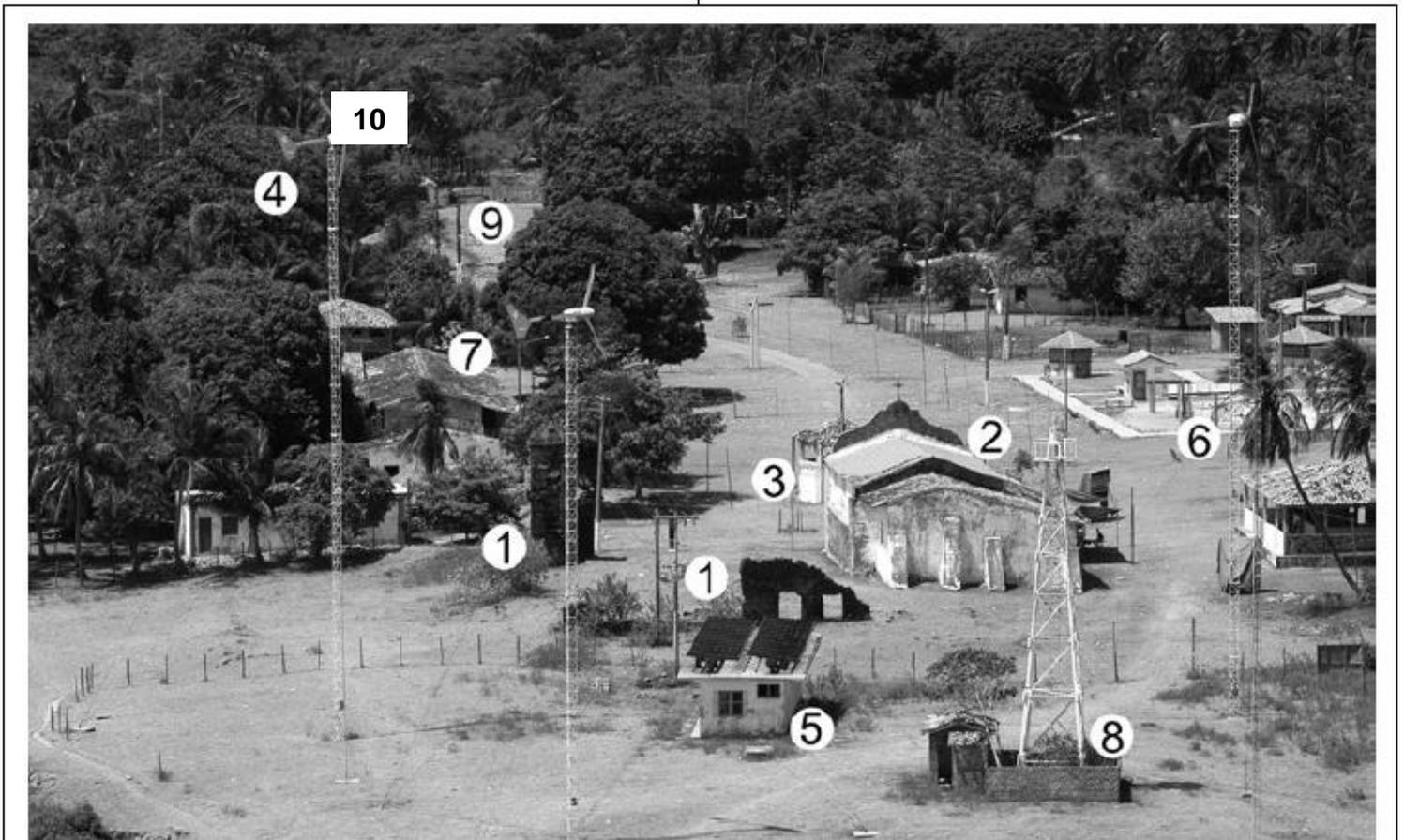
Foi então que a prefeitura de Salvaterra acionou uma equipe de arqueólogos do Museu Emílio Goeldi, chegando lá, foi constatado que a obra não tinha sido suspensa e que os materiais estavam ainda mais misturados. A equipe de arqueólogos coletou o restante dos vestígios e realizou algumas sondagens para a certificação da existência do sítio arqueológico.

Segundo Shann e Marques (2012), Costa Neto produziu um relatório indicando a importância histórica do local e sugeriu como recomendação que se continuasse a pesquisa, que se preservassem as ruínas da igreja, que fosse realizada a execução de uma exposição no local e por fim, que se fizesse o tombamento oficial da área. Mas infelizmente o trabalho não teve continuidade, ficando novamente esquecido e abandonado por quase vinte anos.

⁴ Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos.

A imagem abaixo (figura 06), consegue abranger a totalidade do que foi considerado o sítio de Joanes naquele momento, nela pode-se observar todos os elementos que o compõem e juntamente os elementos que se faziam presente no entorno do sítio no ano em que a foto foi tirada.

Figura 06 – Elementos que faziam a composição do Sítio Arqueológico PA – JO – 46:
Joanes e do seu entorno no ano de 2004.



Fonte: João Ramid, 2004. Adaptado por Ana Laura Melo, 2018.

Os elementos estão numerados e são: (1) Ruínas da Igreja de Pedra; (2) Igreja Nova; (3) Coreto; (4) Cata-vento (Faziam parte de um projeto de energia eólica); (5) Casa da Celpa (Local destinado aos equipamentos que seriam responsáveis em realizar a transformação e distribuição de energia eólica); (6) Praça; (7) Escola; (8) Farol; (9) Poço 01; (10) Poço 02. Atualmente o sítio não possui três itens do que aparece nesta foto, o coreto foi derrubado, os cata-ventos foram retirados e a casa da Celpa foi demolida.

Na imagem acima, pode-se observar a existência de cata-ventos dentro do sítio de Joanes; a tentativa da implementação de uma usina eólica na Vila de Joanes foi uma parceria da Rede Celpa, concessionária de energia elétrica paraense, com o NREL/USA - laboratório norte-americano de energia renovável, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica da Eletrobrás no Rio de Janeiro (Cepel) e a Universidade Federal do Pará⁵. A Rede Celpa assumiu o projeto em 1998, instalou os cata-ventos no sítio arqueológico, construiu também o local onde ficariam armazenados os equipamentos para o recolhimento, transformação e distribuição de energia.

Segundo Barbosa et al. (2004), o sistema híbrido Solar- Eólico de Joanes foi concebido no ano de 1994, mas só entrou em pleno funcionamento em junho de 1997, com atendimento de 170 unidades consumidoras na Vila. Porém a Vila foi crescendo de maneira rápida e a usina não acompanhou esse crescimento, foi então que em consequência do mau funcionamento de um equipamento, o abastecimento através da usina parou, após isso, o projeto foi abandonado, sem o cuidado de retirar do local os equipamentos do projeto.

A colocação dos cata-ventos no sítio arqueológico gerou muita polêmica na época, porque juntamente com a colocação dos equipamentos, o local precisou ser protegido tanto para a proteção da área quanto para evitar que pessoas pudessem se machucar, porém a decepção de quem iria visitar o local e se deparava com a paisagem modificada foi imensa, mesmo as ruínas não sendo cercadas, considerando um contexto de contemplação visual, a paisagem ficou prejudicada em consequência da utilização de estacas de madeira e arame-farpado para isolar a usina eólica como pode ser observado na figura 07.

⁵ Gazeta Mercantil <http://www.infomet.com.br/site/noticias-ler.php?bsc=ativar&cod=13821>

Figura 07 – Cata-ventos instalados sob o sítio arqueológico JO – PA – 46: Joanes.



Foto retirada da internet (www.alamy.com). Adaptado por Ana Laura Melo, 2018.

Na imagem pode-se ter a ideia do que impacto visual que os cata-ventos e a cerca utilizada para protegê-los causou na localidade. Além disso, o acesso ao espaço de contemplação que é chamado de “farol”, foi extinto durante o período que a cerca permaneceu de pé, além da poluição visual, a limitação de acesso de pedestres também foi algo negativo neste período.

Com o abandono da usina, a falta de manutenção da cerca e a desistência do projeto, as estacas de madeira foram apodrecendo, o arame foi se soltando, vândalos destruíram parte do prédio de armazenamento dos equipamentos e o local ficou completamente depredado. Longos anos se passaram sem que nada fosse feito com o que sobrou dos equipamentos, o medo dos moradores de que as palhetas dos cata-vento caíssem e machucassem alguém aumentava a cada dia, então, foram feitas várias solicitações na prefeitura de Salvaterra e pelo SAC da Rede Celpa para que ocorresse a retirada dos equipamentos. Em uma das pesquisas realizadas, foi observado que,

Os moradores também se preocupavam com a situação, tanto é que chamaram o Ministério Público para denunciar os diversos problemas envolvendo o meio ambiente e o patrimônio histórico, especialmente a existência dos cata-ventos do projeto de geração de energia eólica, já desativado. A partir dessa reunião, o Ministério Público Federal exigiu da CELPA que os cata-ventos fossem retirados, o que foi efetivamente feito. (SCHAAN e MARQUES, 2012, p. 112 e 113).

Além da instalação da usina no sítio arqueológico, outra situação conflituosa ocorreu no local. A partir do ano de 2006, houve o retorno de pesquisas arqueológicas no sítio com a coordenação da Prof.^a Dr.^a Denise Schaan da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Dr. Fernando Marques, do MPEG.

De acordo com a professora Denise Schaan (2009), o objetivo dessa intervenção era realizar uma ação emergencial no sítio, para isso ela contou com uma equipe multidisciplinar de pesquisadores (arqueólogos, arquitetos, historiadores, educadores e estudantes de ciências sociais). A frequência de pesquisadores na Vila chamou a atenção dos moradores, para Schaan, a união da comunidade com os pesquisadores era de extrema importância para o êxito do projeto, sendo assim foram realizadas reuniões periódicas com os moradores para compartilhar as etapas do projeto, pois os pesquisadores integrantes do IPHAN e os arqueólogos envolvidos no projeto, acreditavam que “[...] a ação somente seria bem sucedida caso fosse de interesse da Vila a recuperação física do sítio, seu estudo e preservação, pois os próprios moradores é que teriam que zelar pelo patrimônio” (SCHAAN, 2009, p. 130).

A limpeza, triagem, classificação e análise do material arqueológico foi realizada na escola local e no salão paroquial, o que possibilitou a participação de membros da comunidade e a facilidade de acesso de estudantes e moradores, a qualquer momento, ao local de trabalho. (SCHAAN, 2009, p. 130).

Dessa maneira, alguns moradores se aproximaram dos pesquisadores e faziam o acompanhamento das escavações como observadores, segundo Schaan (2009), entre uma reunião e outra foi se tornando cada vez mais perceptível a importância que os moradores davam para o material arqueológico encontrado nas escavações. Foram então abordadas questões relacionadas à guarda deste material, sendo que os moradores exigiram que estes permanecessem na Vila.

Alguns moradores trabalharam na escavação e falam dos materiais coletados; outros participaram da comissão que foi organizada em 2006, na qual eles foram membros e acompanhavam o trabalho da escavação, assim como, juntamente com a equipe de Arqueologia conferiam o material encontrado; alguns falam que acompanharam as escavações apenas por curiosidade, para saber o que “tinha debaixo da terra”. Todavia, a maioria deles relatam de forma ressentida o fato de parte dos vestígios arqueológicos não terem ficado na Vila e terem sido levados para o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). (FERREIRA, 2012, p.85).

A relação do sentimento de pertença dos moradores com os vestígios arqueológicos encontrados em Joanes foi motivo de conflitos entre os pesquisadores e os moradores da Vila, Ferreira (2012) afirma que, “É recorrente nas narrativas dos joanenses o conflito que existiu entre os moradores e a equipe técnica do IPHAN durante esta escavação” (FERREIRA, 2012, p.87).

Em decorrência dessa situação, diversos moradores opinam sobre a guarda do material arqueológico encontrado pelos pesquisadores, alegando que os materiais encontrados lá, deveriam permanecer lá. Os conflitos por sua vez, dificultaram a relação moradores *versus* pesquisadores. Sendo assim, os pesquisadores tiveram que deixar os materiais retirados no sítio em poder da E.M.E.I.F de Joanes, onde permanecem até os dias atuais.

Já no ano de 2008, um novo projeto foi realizado na Vila, com a coordenação do Dr. Fernando Marques/MPEG e da Prof.^a Dr.^a Marcia Bezerra/UFGA, chamado de *Projeto de Pesquisa Arqueológica e Educação Patrimonial na Vila de Joanes*, o qual tinha como objetivo dar continuidade para as ações realizadas nos projetos anteriores, bem como desenvolver atividades de educação patrimonial com o intuito de reduzir a destruição do sítio arqueológico.

A realização do projeto em 2008 gerou bons resultados para a comunidade, um deles foi a montagem de uma exposição (figura 08) com os materiais arqueológicos recolhidos do sítio Joanes, a exposição foi realizada em uma sala da E.M.E.I.F. de Joanes no período de abril de 2009 a abril de 2010, foi organizada de modo simples, porém didático, expondo uma série de objetos (MARQUES E BEZERRA, 2009).

Figura 08 – Exposição de materiais arqueológicos encontrados em Joanes.



Fonte: Márcia Bezerra, 2009.

É importante admirar as possibilidades que a pesquisa arqueológica e histórica permitem, estudar o que existe por debaixo da terra em uma determinada região e expor o que foi encontrado gerou para a comunidade de Joanes admiração dos que se propuseram entender o que aqueles fragmentos significavam no contexto histórico da Vila, mesmo com os conflitos existentes por parte de alguns moradores para com os arqueólogos, a concretização da exposição foi um ponto culminante tanto para os pesquisadores, quanto para os moradores e turistas que tiveram a oportunidade de contemplar pequenos fragmentos da história contada por cada objeto que ficou exposto neste período de um ano.

Infelizmente a exposição era realizada em uma das salas da E.M.E.I.F. de Joanes e a escola precisou utilizar a sala que abrigava a exposição. Dessa maneira, todos os vestígios arqueológicos que estavam em exposição e outros que haviam sido recolhidos durante as pesquisas hoje se encontram armazenados de maneira inapropriada, dentro de duas caixas de material tipo isopor, em uma sala de entulhos na escola (figura 9).

Figura 9 – Vestígios arqueológicos armazenados na E.M.E.I.F de Joanes.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Em conversa com a diretora atual da escola, foram pontuadas algumas situações ocorridas na época dessas pesquisas, bem como sobre os vestígios arquitetônicos que hoje estão em posse da escola,

A gente tá ali com um material no isopor, só que assim, muito já se detonou, porque a gente tira o isopor, guarda o isopor e assim tá dando muito cupim, a gente não tem um local pra guardar, a escola não tem um depósito específico pra isso. O secretário de turismo, Márcio Bastos só faz dizer que vai fazer projeto, projeto e não faz nada, e eu digo isso na cara dele, ele só vem enrolar aqui. A obrigação dele como secretário é promover o turismo aqui na Vila.⁶

A atual diretora relatou também parte da atuação dos integrantes das pesquisas realizadas na Vila, a opinião dela sobre o papel dos pesquisadores sugeriu que eles iniciaram as pesquisas

⁶ Entrevista com dona Aldair Rabelo, diretora da E.M.E.I.F. de Joanes 01 de agosto de 2017.

entrando em campo de maneira isolada, sem um contato aberto com os moradores, mas após um tempo relativamente curto, foram tentando se aproximar da comunidade e dos alunos, buscando uma relação de amizade e troca de conhecimento entre os pesquisadores e a comunidade.

Ainda no contexto do sentido de posse, existiram e existem situações que ainda ocorrem na Vila, por iniciativa de pessoas ligadas a partidos políticos que se acham no direito de agir de qualquer maneira, se intitulando donos do lugar.

É certo que a maioria das comunidades, entendem uma praça como um lugar de união, de encontros, de momentos de diversão, sendo assim,

Estas áreas servem como ponto de encontro, local aberto para apreciação da paisagem, além de disporem, muitas vezes, de outros atrativos destinados ao lazer da população, como: coretos para apresentações culturais, fontes que jorram água, bancos para descanso, quiosques com vendas de lanches, barras de ginástica, pistas de caminhada e ciclovias, parquinhos para crianças, entre outros. (VIERO e FILHO, 2009, p.3)

A Praça central de Joanes foi realizada de maneira descuidada, construída por cima de um sítio arqueológico, em uma área onde antes era apenas um campo gramado, que servia para a contemplação da paisagem, sem a cautela que deveria ter sido tomada, principalmente por ser um sítio arqueológico. A construção da praça ocorreu sem qualquer autorização e ou acompanhamento de um órgão competente, foram utilizadas retroescavadeiras que adentraram ao solo sem nem uma precaução, sem atentar a todo material arqueológico que existe naquele lugar,

Em 2004, um vereador teve a infeliz ideia de aproveitar o espaço do largo em frente à igreja para construir uma praça, com verbas da Câmara dos Deputados. Durante a escavação para as obras, juntamente com a terra removida, apareceram vários objetos de cerâmica, moedas de cobre e prata que foram recolhidos por pessoas do local e mesmo vendidos a turistas que passavam. Um morador local denunciou o fato ao IPHAN, que, devido à burocracia e despreparo do superintendente regional na ocasião, solicitou ao Museu Goeldi, com sete meses de atraso, um arqueólogo para averiguar o local. Quando lá chegamos encontramos a praça já construída sobre o sítio. Além disso, verificamos que a situação no local estava agora bastante agravada: havia pichações sobre as paredes dos remanescentes arquitetônicos da igreja de pedra, propaganda política, retirada de pedras, trânsito excessivo sobre a área da antiga missão, assim como o tráfico de material arqueológico (SCHAAN e SILVA, 2004, p 113).

Para quem frequenta a Vila há pelo menos 17 anos, guarda consigo a memória dos bons tempos em que a praça de Joanes era localizada na pista principal, onde no período das férias escolares no mês de julho, era construído um palco (em madeira) que fechava a pista, este palco era o “point de encontro” de todos os moradores e veranista que escolhiam a Vila para aproveitar o mês de julho, lá aconteciam shows, desfiles, apresentações de carimbó, gincanas e todas as atrações deste mês eram realizadas nesta praça.

Era um local pequeno se comparado a dimensão da atual praça de Joanes como pode-se observar na figura 10, porém, por ser menor, passava a impressão de que a Vila estava sempre cheia.

Figura 10 – Localização da Praça antiga e da atual, na Vila de Joanes.



Fonte: Shaan e Marques (2012). Adaptada por Ana Laura Melo, 2018.

Após a conclusão da nova praça, construída no largo em frente à igreja e sobre o sítio arqueológico, o vereador Altemir Gonçalves anunciou a transferência dos eventos, da venda de comidas e bebidas, das apresentações de bandas e grupos folclóricos para a nova praça, observado na figura 11.

Figura 11 – Praça central de Joanes no mês de julho de 2017.



Fonte: Ana Laura Melo,2017.

As transferências das atividades da Vila para a nova praça trouxeram consigo o aumento do fluxo de pessoas e veículos na área do sítio arqueológico, onde antes só se ia durante o dia para a contemplação da paisagem e de noite para curtir o luar, o local se transformou no “point” de encontro dos moradores e frequentadores da Vila.

O aumento desse fluxo de pessoas e veículos contribuiu muito para a deterioração do sítio, afinal a entrada e saída de veículos no farol interfere na compactação da terra, os ruídos emitidos com a música tocada em alto volume durante boa parte da noite também é prejudicial as ruínas. Além da programação dos veraneios no período do mês de julho ser realizada na atual praça, existem outras manifestações e encontros que ocorrem no mesmo lugar, porém em períodos diferentes no decorrer do ano e utilizam o espaço sob o sítio arqueológico para serem realizados.

Porém o que não deve ser esquecido, é que a manutenção tanto da praça quanto o entorno da igreja e das ruínas são realizados somente no mês de julho, ao passar das férias, ficam praticamente abandonados, a grama fica alta, como observado na figura 12, o lixo sem recolhimento, ausência da troca de lâmpada dos postes são alguns dentre as várias carências da Vila.

Figura 12 – Ruína com parte encoberta pela grama alta em fevereiro de 2018.



Fonte: Ana Laura Melo, 2018.

Ainda se tratando da praça central da Vila, foi constatado que a manutenção da praça, e a programação do verão anual que normalmente tinha incentivo da prefeitura de Salvaterra, atualmente está sendo organizado por parte dos vendedores que lá trabalham durante o período das férias de julho, Vivian, proprietária de uma barraca que vende sorvete no lugar relatou que,

Esse ano a prefeitura disse que não vai fazer nada aqui em Joanes, se a gente não der nosso jeito, a Vila vai ficar sem programação nem uma tu acredita? Até o homem pra passar a máquina na praça a gente que teve que pagar, eles não querem nem saber daqui. A gente que contratou o cara do som e o pior é que nem todos os vendedores querem ajudar a pagar, mas se não for assim, todo mundo aqui perde né.⁷

Além da construção da praça, não se sabe exatamente o ano em que ocorreu a retirada do coreto que ficava em frente a INSR, que mesmo não fazendo parte dos remanescentes arquitetônicos da antiga missão, já integrava o contexto da Vila e da vida dos moradores e visitantes frequentes do lugar. No estudo realizado no ano de 2005, Schaan e Marques (2012), relatam resultados de uma conversa ocorrida entre pesquisadores e moradores referentes a situação deste coreto,

⁷ Conversa com a vendedora Vivian, realizada 03 de julho de 2017.

Na opinião dos arqueólogos e do IPHAN, prejudicavam a visão das ruínas e da praia, como era o caso do coreto que ficava em frente à igreja, e não fazia parte do conjunto colonial. Alguns moradores comentaram que, realmente, o coreto não tinha função e era usado por casais, à noite, para encontros furtivos. Foram apresentadas duas sugestões, uma de sua demolição e outra de sua remoção para outro local. Isso não ficou decidido, pois se avaliou que apenas após o resultado de prospecções e estudos na área do largo seria decidido o que fazer nessa área. (SCHAAN e MARQUES, 2012, p.119).

As figuras 13 e 14 mostram respectivamente a vista frontal da INSR com e sem a presença do coreto.

Figura 13 – Vista frontal da Igreja de Nossa Senhora do Rosário com a presença do coreto.



Fonte: Dombrosky, Robson, 2012.

Figura 14 – Vista frontal da Igreja de Nossa Senhora do Rosário sem a presença do coreto.



Fonte: Ana Laura Melo, 2018.

Ainda sobre o sítio arqueológico, outro evento que utiliza o espaço da praça e de seu entorno é o círio de Nossa Senhora do Rosário, um evento muito importante para a comunidade de Joanes, onde existe esforço muito grande por parte da comunidade e dedicação dos organizadores para o bom andamento da festa. O círio ocorre sempre no terceiro domingo do mês de novembro.

No ano de 2017, foi possível o acompanhamento do círio de perto, uma das coisas que despertou a curiosidade foi a presença de um parque de diversões com vários brinquedos em volta da praça (figura 15), mesmo que para a comunidade e para os visitantes esse parque tenha como impacto a diversão, se observarmos a influência que isso causa no sítio arqueológico em si, é mais uma situação desfavorável para o local.

Figura 15 – Sítio arqueológico JO – PA – 46: Joanes, no período do círio de Nossa Senhora do Rosário, com a presença de um parque de diversões.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Durante as conversas realizadas na pesquisa, os atores, quando questionados sobre sua opinião em relação ao impacto que essas manifestações causavam no sítio, ofereciam como justificativa unânime que não se incomodavam, afinal, ali era o único lugar que a Vila tinha para a realização de tal evento, e que eram esses os poucos momentos em que a comunidade podia ganhar algum dinheiro para se manter até o próximo período de férias.

Com o aumento da frequência dos pesquisadores na Vila, a presença do IPHAN foi tornando-se maior neste sítio após as intervenções realizadas nos anos anteriores, vários estudos começaram a ser realizados na área com a intenção de incentivar a preservação do local como um todo, e isso ao invés de ser um fator totalmente positivo, infelizmente acabou por se tornar um amplificador de conflitos entre os pesquisadores do IPHAN, do Museu Emilio Goeldi, os nativos e forasteiros de Joanes e o vereador responsável pela construção da referida praça.

Claramente a visibilidade que a comunidade havia ganhado na mídia com a realização do projeto incomodava a prefeitura e principalmente o vereador que havia construído a praça sobre o sítio. Ele ressentia-se da presença dos arqueólogos naquilo que seria seu “reduto eleitoral”, segundo suas próprias palavras. Por isso, no momento em que a Prefeitura era requisitada para colaborar, o Prefeito não negava, mas também não fazia. Uma de nossas últimas responsabilidades dentro do escopo do projeto era a

sinalização. [...]. Foi feita uma placa interpretativa para ser colocada em frente aos remanescentes arquitetônicos da igreja. [...]. A intenção destas placas seria a de sinalizar a existência do sítio arqueológico e solicitar às pessoas que deixassem seus carros para aproximarem-se à pé da área das ruínas. As placas e banners foram colocados no dia 27 de julho de 2006. Uma semana depois, tomamos conhecimento de que as placas tinham sido vandalizadas. (SCHAAN e MARQUES, 2012, p. 121).

A interpretação negativa do trabalho do IPHAN na Vila de Joanes, por boa parte dos moradores, causou um efeito contrário que teve como consequência o afastamento dos pesquisadores que estavam dispostos a ajudar a comunidade nos projetos de preservação do sítio arqueológico e das ruínas.

Durante o segundo semestre de 2006, apesar do fim de nossas atividades em Joanes e a desmobilização causada pela frustração com a falta de apoio da Prefeitura, conflitos internos na comunidade e vandalização da sinalização turística, alguns contatos ainda foram realizados entre pessoas da comunidade, nossa equipe e o IPHAN, na tentativa de retomar algumas coisas que haviam ficado pendentes. Pessoas da comunidade haviam sido ameaçadas veladamente e o vereador descontente havia agregado em seu entorno pessoas violentas. A diretora da escola, que integrava a comissão, foi substituída por uma professora indicada pelo vereador, o que era prova de sua força política. O próprio IPHAN entendeu que não teria condições de dar continuidade às ações sem o apoio da prefeitura e resolveu esperar por uma ocasião mais propícia. [...] O projeto de Joanes foi retomado ao final de 2008, sob a coordenação do segundo autor e da arqueóloga Márcia Bezerra. Outra situação política e social agora se desenha e talvez novas soluções possam ser encontradas para os velhos problemas (SCHAAN e MARQUES, 2012, p.113).

Com a “desistência” de diversos pesquisadores e do IPHAN, o sítio voltou a ser tratado como antes, sem placas de sinalização, sem limites para o tráfego de veículos, e sem cuidado. Após o período de visita realizado na Vila, foi observado poucas são as pessoas da comunidade que zelam por este patrimônio, o reflexo disso foi entendido em uma visita na Vila no mês de novembro do ano de 2017, onde presenciei uma imagem que me causou grande frustração (figura 16).

Podem ser observadas três situações nesta figura: pescadores soltando fogos de artifício em homenagem a conclusão de mais um Círio de Nossa Senhora do Rosário tendo como apoio parte da ruína, um homem urinando encostado na ruína e turistas fotografando as ruínas.

Figura 16 – O reflexo do descaso com o patrimônio.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Um impacto não apenas visual, mas também reflexivo, afinal, diante de um notório patrimônio, quem será o órgão adequado e que conseguirá junto com a comunidade conscientizar moradores e visitantes da necessidade de preservação e cuidado que necessita esse sítio e todos os elementos que o compõem?

1.3 - OS SENTIDOS DE RUÍNA E PATRIMÔNIO EM JOANES

O entendimento do sentido de ruína é diverso, sendo necessário um diálogo entre estes para fundamentar o tema em estudo. Para Sousa Junior,

As ruínas arquitetônicas são restos de algo que não conhecemos exatamente, de algo que alguma vez esteve ali, pleno de sentido e funcionalidade, mas que agora somos incapazes de reconstruir. As ruínas se traduzem por fragmentos, partes inconexas que escapam a uma visão de conjunto ou relato, um saber organizado e racional. Por esta razão incitam a imaginação, para que esta recomponha os fragmentos como um quebra-cabeça de peças que faltam. (SOUSA JÚNIOR, 2017, p.136).

Dialogar sobre o conceito e a importância das ruínas, de certo modo cria uma discussão entre os que defendem a não preservação das ruínas, afirmando que o que está em ruínas deve pôr fim ruir e os que defendem a preservação das ruínas, afirmando que são representações arquitetônicas de uma edificação que já teve uma funcionalidade, uma utilidade, que causam reações e sentimentos de diversas espécies em quem as visitam, nos que moram em seu entorno, desta maneira sendo muito gratificante mantê-las preservadas para que futuras gerações possam de alguma forma compartilhar do pouco que ainda existe, compreender a partir de vestígios materiais o que representou aquela edificação.

Para Miranda (2016, p.417), “as ruínas hoje são signos da “pós-modernidade”. O inacabado, o provisório se junta aos fragmentos de outros tempos, desnudam-se as estruturas na busca das origens, das técnicas primitivas”, estudar as ruínas permite diversos conhecimentos acerca da estrutura geral das edificações, as técnicas construtivas utilizadas, a compreensão da configuração planimétrica, a divisão dos espaços, aberturas, dentre outros fatores que quando estudados em conjunto com outras edificações de períodos próximos permitem a real compreensão da evolução construtiva.

Para Amarante (2013), as ruínas agregam a si valores simbólicos e documentais, o conceito de ruína tem sido utilizado positivamente na história da arquitetura e também na composição do conceito de monumento e memória. Quando se fala em ruínas, podem-se citar tantos elementos que existem em nosso cotidiano, artefatos deixados por nossos semelhantes, edifícios abandonados que passamos em frente durante o ir e vir dos dias e por tantas outras referências que nos remetem ao passado, ao antigo, mas que convivem em harmonia com o presente.

Estar em ruínas não significa obrigatoriamente ter que ser desprezado, afinal, por conta de várias ruínas conservadas na contemporaneidade tem-se conhecimento acerca da história da arquitetura, a evolução das residências, de palácios, técnicas construtivas, materiais utilizados que foram evoluindo no decorrer do tempo, e se a cada época passada fosse destruído tudo que se considerasse ruína, nos restariam apenas como referências desenhos e representações deixados por aquela geração, “ruína será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes” (BRANDI. 2004, p.65).

A compreensão de um bem cultural como ruína ou não interfere diretamente na forma de intervir para sua conservação, implicando, conseqüentemente, em resultados distintos. A definição de ruína está relacionada: ao problema da incúria que recai sobre bens de reconhecido valor cultural; à súbita sensação de perda em arruinamentos recentes; às diferenças entre os graus de antiguidade dos monumentos e graus de degeneração em que há um sutil limiar, algumas vezes de difícil identificação que distingue "ruínas" de "bens danificados" (CAMARGO, 2017. p. 7).

De certo modo, alguns pesquisadores criticam a preservação das ruínas quanto à referência de se manter algo que pela natureza vai fazer ruir. Chastel (1997), afirma que a destruição, e a ruína do inútil é a lei da natureza, onde a cultura vem para anular ou retardar esse acontecimento natural, visando diversos benefícios, onde muitas das vezes não o real objetivo de preservar por ser um monumento significativo.

A visibilidade turística ao redor de muitas ruínas é algo que acontece com frequência, porém, não se pode permitir que esses interesses influenciem negativamente no incentivo da preservação de edificações, de elementos que auxiliem no reconhecimento da identidade, da origem de antigas comunidades, de cidades, e tantos outros elos que são identificados a partir dos estudos de ruínas.

Se analisarmos a cronologia básica deste conceito podemos citar que para algumas sociedades como “os antigos sumérios, egípcios, gregos e romanos as ruínas tinham conotação de uma má administração das cidades, um demérito para os governantes, que tinham o propósito de embelezar seus impérios associando seu poder e glória aos monumentos” (SOUSA JUNIOR, 2017, p. 138).

Com esse pensamento, a prática da destruição foi e ainda é utilizada para impor a associação do poder de cada governante quando se desfazem da obra realizada por seu

antecessor. As ruínas são vestígios materiais de lugares do passado, os quais já tiveram função e importância para a sociedade que vivia no entorno daquela edificação.

O conceito de lugar com o passar do tempo tornou-se tão complexo quanto tantos outros conceitos antropológicos, filosóficos e arquitetônicos existentes no meio acadêmico. Este conceito “compreende um conjunto de identidades particulares de um espaço específico, está relacionado a uma localidade que se opõe a ideia de um sítio genérico” (DANTAS, 2007 p.19).

Dependendo do contexto em que está inserido, o conceito de lugar apresenta distintas referências, quando se fala de lugar, pode-se referir à um espaço ocupado por um corpo, a uma localização específica na geografia, uma cidade. Para Norberg-Schulz (2006), é evidente que o lugar faz parte da existência, deste modo refere-se à lugar como algo mais do que uma localização abstrata, “Um lugar é um fenômeno qualitativo “total”, que não se pode reduzir a nenhuma de suas propriedades, como as relações espaciais, sem que se perca de vista sua natureza concreta”. (NORBERG - SCHULZ, 2006. p.445).

Na Vila de Joanes, a perspectiva de lugar se atará as ruínas e a atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a relação existente entre os nativos e frequentadores da Vila com o sentido de lugar interpretado por eles a partir de diversos pontos de vista, com o apoio do sentido de que “o lugar faz parte da existência” (NORBERG - SCHULZ, 2006 p.444) de cada comunidade.

Quando se fala em importância, é inevitável que se aborde a temática de patrimônio, que nessa situação de ruína, se encaixa em patrimônio arquitetônico e cultural, afinal estas ruínas um dia foram parte de uma igreja que foi erguida por índios em uma época inicial da colonização do estado do Pará.

O Decreto-lei nº 25, do dia 30 de novembro de 1937, dentre outras medidas define em seu artigo 1º o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis imóveis existentes no país, interessando ao público sua conservação, devido a fatos históricos do Brasil, quer por seu imenso valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.⁸

⁸ BRASIL. Decreto-lei nº 25, do dia 30 de novembro de 1937. Cap. 1 – Artg.1º. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm>.

A palavra patrimônio é “muito antiga, estava na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 2000, p.11).

Com o passar do tempo, a palavra teve seu significado alterado e hoje abrange diversas definições. Segundo alguns autores, o campo do patrimônio é rodeado de conflitos que em algumas vezes se tornam até desiguais, alguns casos envolvem relações entre profissionais que se autodenominam capazes de definir o destino de um monumento ou de um bem, e pessoas leigas que exprimem sentimentos de identidade e pertencimento a esses patrimônios.

A palavra “patrimônio” está entre as que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente formulação. Não parece haver limite para o processo de qualificação dessa palavra (GONÇALVES, 2005 p. 17).

O referenciado autor aborda o conceito de patrimônio o relacionando quanto a qualificação do conceito abordado, afinal existem várias designações para esta palavra. Em nosso cotidiano atual, tem se ouvido muito falar em patrimônio, as discussões abordam maneiras de reconhecer, comprovar, preservar e cuidar desses bens ampliando os estudos e apostando em preservar tais bens. Segundo Cybelle Miranda,

O Patrimônio é resultado da dialética conservação x destruição. A atitude patrimonial tem dois aspectos: a assimilação do passado, com a metamorfose dos vestígios e restos, e a relação de estranheza com a presença de testemunhas do tempo remoto na atualidade (MIRANDA, 2016, p. 408).

Neste sentido, compreende-se que a relação existente nas ruínas de Joanes se enquadra nessa dialética de conservação *versus* destruição, afinal ao se deparar com qualquer bem em ruína, automaticamente se remete a algo do passado, sendo que alguns assimilam e outros não, alguns se identificam e outros não e assim se desenvolve essa relação.

No contexto histórico esse conceito é muito utilizado para qualificar objetos, e edificações, a autora Françoise Choay (2000), declara que patrimônio se refere à um conceito nômade que se requalifica a cada adjetivo a ela anexada; desta maneira afirma que:

Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos (CHOAY, 2000, p.11).

Este trabalho abordará o conceito de patrimônio com o ponto de vista da preservação arquitetônica, as Ruínas de Joanes envolvem aspectos patrimoniais e turísticos e podem contribuir positivamente para o incentivo a essa salvaguarda. É necessário que se compreenda o significado de preservar para esses nativos em relação as ruínas com a intenção favorecer esta comunidade.

O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mais brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra (CHOAY, 2000, p.12).

1.4 - O QUE SABEMOS SOBRE AS RUÍNAS DE JOANES?

Falar sobre as ruínas da Vila de Joanes atualmente, envolve muito mais do que um estudo histórico e arquitetônico, afinal, é do conhecimento de quem estuda o contexto deste arquipélago a existência de alguns sítios arqueológicos espalhados por ele, os remanescentes arquitetônicos da antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário, aqui intitulado como “as ruínas de Joanes” ficam localizados sobre parte do sítio arqueológico JO - PA - 46.

Os remanescentes arquitetônicos guardam consigo a história da colonização dessa Vila, e por mais que os atuais moradores não sejam descendentes diretos do povo que vivenciou a construção da antiga igreja, eles se sentem parte deste contexto e dessa história, o sentimento de memória é muito presente, principalmente pelos moradores mais velhos, que se recordam das histórias e causos contados por seus pais e avós.

O sentido de memória nessa comunidade vai muito além do imaginário popular, Pollak (1989), afirma que a memória é guardada e solidificada na pedra, no sentido em que o que se tem de memória, fica registrado na mente, e acerca do que se é ativado, seja algum cheiro, alguma cor, barulho ou alguma situação que se conecte com o que se tem guardado na memória, aquilo volta à tona. A memória de alguns moradores atuais da Vila, relacionam a existência das ruínas como símbolo de identidade daquele povo, remetem ao que um dia aquilo representou para a comunidade e justamente por isso necessita de cuidados urgentes.

Por maior que tenha sido sua importância na época da colonização portuguesa nesta região marajoara, a edificação em questão ou foi pouco registrada nos documentos que se tem acesso até os dias de hoje ou os documentos em que ela foi registrada se perderam durante esses anos, ou ainda talvez durante o tempo dessa pesquisa não se tenha tido a oportunidade de acessá-los. Além da dificuldade de constatação da autoria de sua construção, suas características morfológicas, tipológicas e construtivas ainda pairam como dúvida para quem a pesquisa.

O estudo de Costa Neto (1986), fez um alerta para a existência do sítio arqueológico assim como salientou a importância da preservação das ruínas, já o estudo de Lopes (1999), descreve a realidade das ruínas treze anos após a primeira pesquisa realizada no local afirmando que,

As pequenas ruínas que restaram da igreja de pedra ainda resistem ao tempo apesar do descaso com que esse patrimônio arqueológico vem sendo tratado, tanto pela prefeitura de Salvaterra e Governo do Estado do Pará como pela 2º Coordenadoria Regional do IPHAN. Como temos visitado o sítio nos últimos três anos com frequência, temos percebido que o processo de destruição está-se acelerando. Nossa previsão é de que as ruínas não resistam por mais 10 anos. (LOPES, 1999, p. 195).

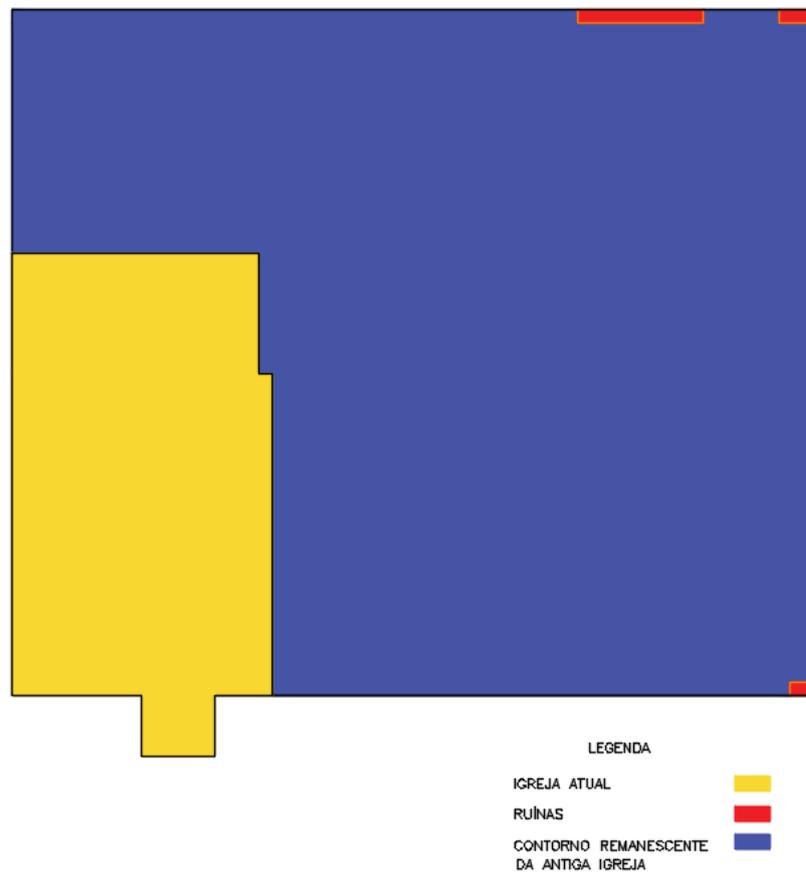
Apesar de ter sido construída em pedra ainda no século XVII e se manter até os dias de hoje, as ruínas precisam de um cuidado especial, precisam ser preservadas tanto pelos órgãos competentes como por aqueles que a visitam e pelos que moram em seu entorno. Ao observar o intervalo de tempo que demandou para que as ruínas e o sítio arqueológico de Joanes fossem notados como patrimônio, comprovou-se a dificuldade que os órgãos responsáveis têm em “proteger e assegurar os bens para as gerações presentes e futuras”⁹.

Lopes (1999), afirma que “O sítio de Joanes (PA-JO-46) reúne vestígios de ocupação pré-colonial e histórica. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário - hoje em ruínas - foi implantada sobre um antigo aldeamento indígena, por uma missão religiosa que se instalou na ilha no século XVII”.

Sobre essa afirmação, a localização tanto da atual Igreja quanto dos remanescentes arquitetônicos da antiga Igreja de Pedra e Cal podem ser observados na figura 17, representado pela cor vermelha, os três vestígios são ínfimos em comparação ao tamanho que a antiga igreja possuía, sendo esse representado pela cor azul, o contorno da antiga igreja foi medido através do que ainda resta das pedras que se escondem por de baixo da grama alta que se instala no local, por fim pode-se observar o espaço ocupado pela atual igreja representado pela cor amarela.

⁹ IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>

Figura 17 – Setorização das ruínas, da atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário e do contorno da antiga Igreja de Pedra e Cal.



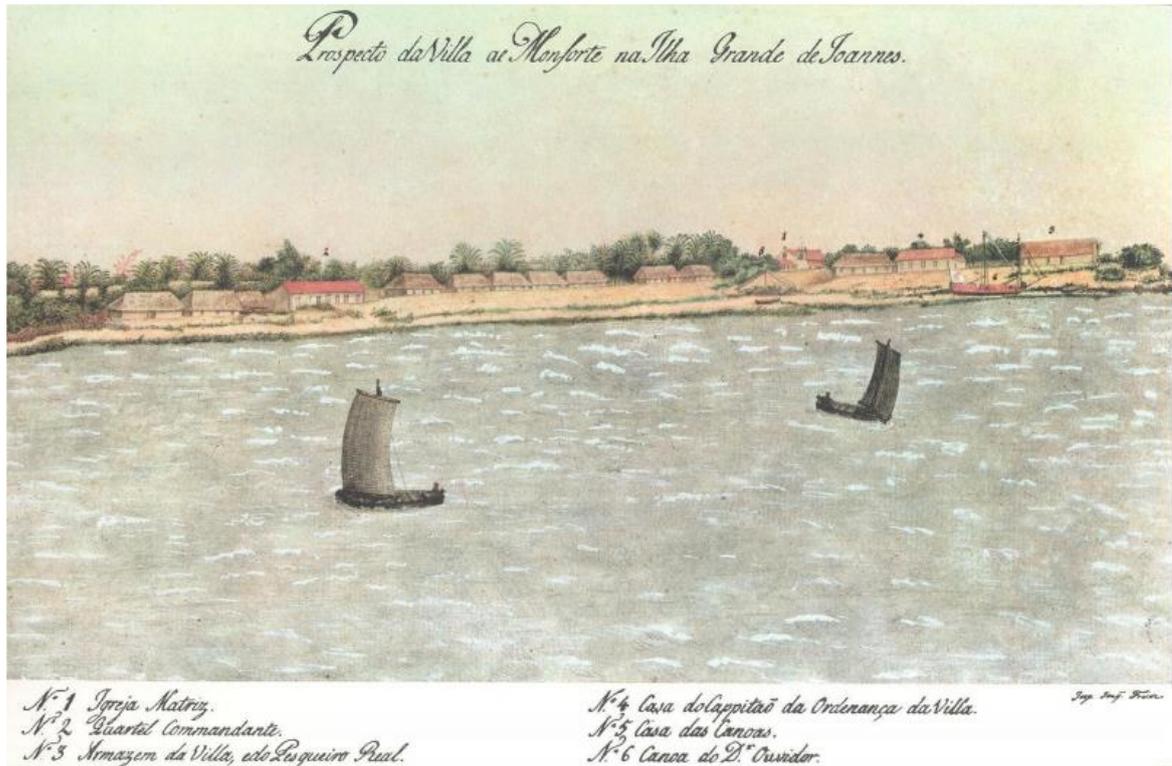
Fonte: Ana Laura Melo, 2018.

Dentre as poucas referências encontradas sobre a antiga igreja, um prospecto feito por Freire (1783), nos contempla com uma imagem da ponta da Vila onde estão localizadas as principais edificações do período da colonização portuguesa, nele pode-se observar a Igreja, que hoje é estudada como ruínas no centro do desenho e em seu entorno as edificações que auxiliavam na proteção e no desenvolvimento da Vila como descrito abaixo,

A imagem que se vê [...] da Vila de Monforte foi produzida em 1783, por ocasião da visita do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. A partir da baía avistava-se um alinhamento de casas feitas de barro e palha e algumas poucas construções de alvenaria, entre elas: 1. Igreja Matriz, o 2. Quartel do Comandante, 3. o Armazém da Vila e do Pesqueiro Real, 4. a casa do Capitão de Ordenança da Vila, 5. a casa das canoas, e 6. a canoa do Ouvidor. No século 19 Monforte foi abandonada, e o tempo se encarregou de destruir a igreja, da qual agora são visíveis a torre e algumas paredes e alicerces que restaram”. (SHAAN e MARQUES, 2011, p. 121).

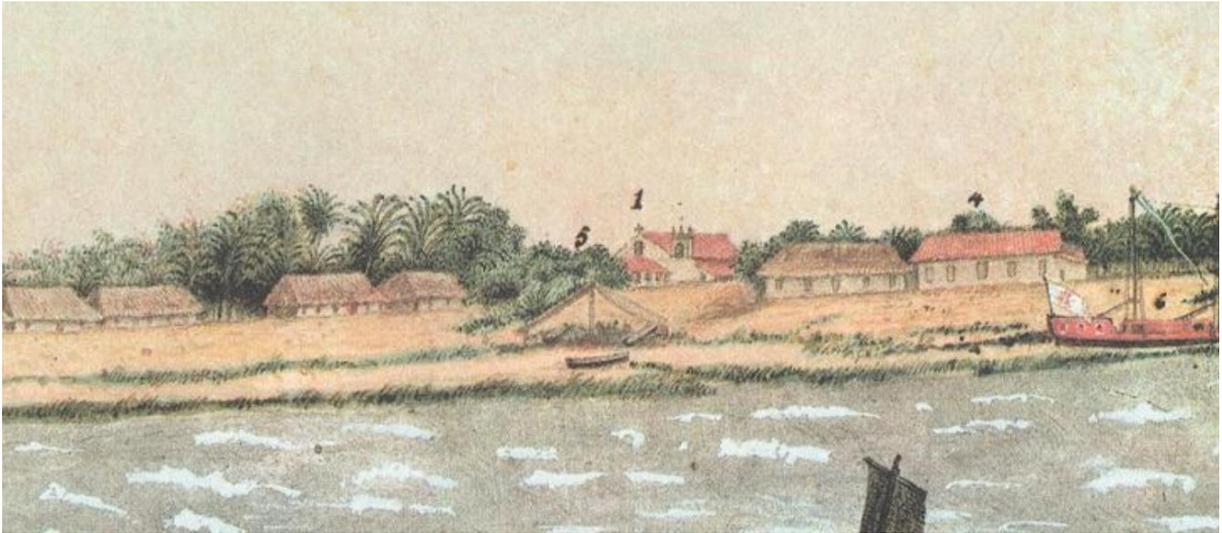
A explicação detalhada escrita por Schaan e Marques (2012) pode ser observada respectivamente nas figuras 18 e 19, essa representação gráfica desperta de maneira positiva a imaginação tanto de pesquisadores quanto de admiradores do lugar a quem foi mostrada essa imagem, afinal não foi encontrado nem um outro desenho que represente a antiga igreja.

Figura 18 – Prospecto da Villa de Monforte na Ilha Grande de Joannes.



Fonte: Original confeccionado por Freire 1783. Extraído de CFC – I (55) Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro 21,1,2 nº60 apud PATACA 2015.

Figura 19 – Detalhe do Prospecto da Villa de Monforte.



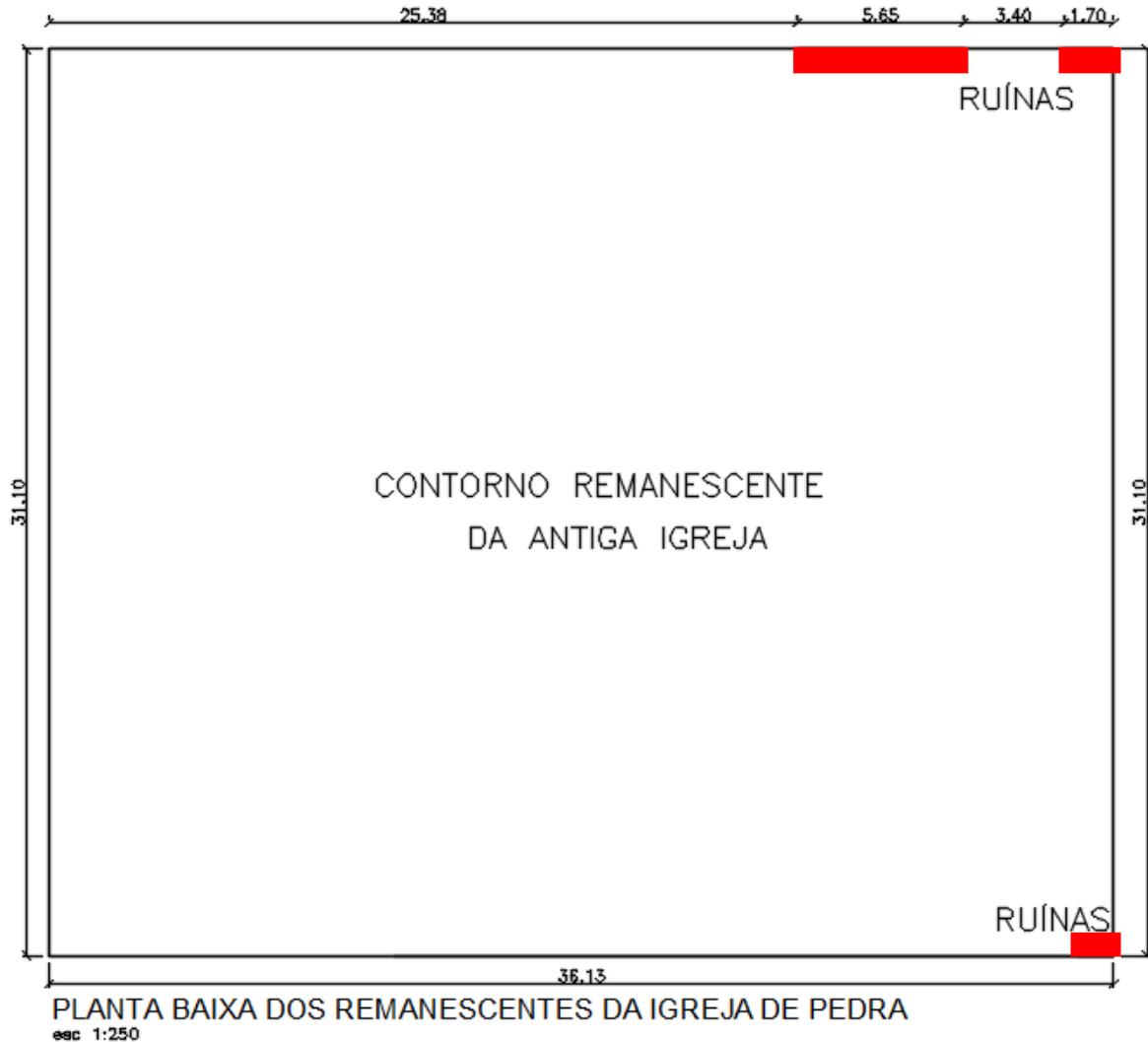
Fonte: Original confeccionado por Freire 1783. Extraído de CFC – I (55) Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro 21,1,2 nº60 *apud* PATACA 2015.

A documentação do Santuário Mariano do ano de 1642, as cartas do Padre Antônio Vieira do ano de 1655, a documentação manuscrita sobre a viagem filosófica realizada no período de 1783 a 1792, foram documentos muito válidos para a compreensão da realidade desta porção da Ilha neste período, os relatos e o prospecto feito durante a Viagem Filosófica da Vila de Joanes, permitem uma compreensão de o porquê da importância histórica que o edifício, hoje em ruínas, teve para a região e de todas as edificações existentes no entorno da igreja naquele momento. O prospecto também é o único documento encontrado até agora que representa graficamente algumas características arquitetônicas externas da igreja hoje em ruínas.

As ruínas têm uma centralidade no cotidiano da Vila, uma vez que estão localizadas em uma das bordas da praça principal, circundada pela “igreja nova”, pelo salão de festas, escola, acesso à Praia do Porto, e onde são realizadas as festas religiosas e festivais de verão, entre outros eventos da comunidade. Assim, as ruínas são referenciais importantes, marcas do tempo, paisagem da memória de muitos moradores que brincaram ao seu redor, subiram em suas paredes e ali namoraram ou passearam com a família (BEZERRA, 2014, p. 430).

Em uma das visitas realizadas na Vila, foi possível verificar as medidas do contorno da antiga igreja e das ruínas representadas na figura 20.

Figura 20 – Planta Baixa dos remanescentes arquitetônicos da antiga Igreja de Pedra e Cal.



Fonte: Elaborado por Ana Laura Melo, 2018.

Através desse levantamento, pode-se ter ideia da dimensão original da antiga Igreja, considerando o conhecimento utilizado na época, é fácil entender o porquê essa igreja era considerada a maior e mais bela de toda essa região, como escrito ainda no ano de 1722,

[...] assim aquela sua Igreja he a mais linda, & perfeyta de quantas há por aquellas partes; porque està muyto bem pintada. (Santuário Mariano - Título LX Livro II, 1722, p. 392 – Da milagrossa Imagem de Nossa Senhora do Rosário da Aldea de Joannes no Grão-Pará).

Mesmo tendo uma grande importância, as ruínas vêm sofrendo há décadas o efeito do descaso, sem proteção alguma, diariamente os turistas e moradores fazem delas locais para a retirada de fotografias, as escalam para encontrar os melhores ângulos, retiram pequenos fragmentos de pedra para guardar como lembrança, entram com veículos (figura 21) e até os búfalos passam com frequência no entorno das ruínas para se alimentar da grama que ali cresce.

Figura 21 – Entrada de veículos no entorno das ruínas.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Como já previsto por Lopes (1999), os moradores observaram que parte da torre começou a ceder, acionaram o IPHAN através da prefeitura de Salvaterra e após avaliação, foi preciso ser feito um reparo nas ruínas para que se evitasse o desmoronamento, no ano de 2014 (figura 22), “as ruínas passaram uma intervenção que compreendeu em uma estabilização estrutura e conservação das paredes remanescentes da igreja” (AIROZA, 2016, p 19).

Figura 22 – Execução da estabilização de parte das Ruínas da Igreja de Pedra de Joanes.



Fonte: Maíra Airoza, 2014.

As ruínas carregam consigo grande carga histórica para a região e para a comunidade da Vila de Joanes, com isso, o intuito em mantê-las erguidas e apropriadas à visitação é viável e útil, além de se ter um pedaço da história de parte da Amazônia viva, poder utilizá-las de maneira benéfica para a melhoria da comunidade, é uma realidade que os moradores de lá desejam.

As ruínas já foram restauradas, que estavam caindo, mas aí não tem nem uma proteção, aí o pessoal vem, bate foto, sobem, levam as imagens e não deixam nada pra comunidade. As imagens daqui são vendidas sem retorno nenhum pra comunidade, então eu acho que parte muito da Secretaria de Cultura que não tem um olhar de preservação, não tá nem aí. Se eles fossem outros, faziam nem que fosse um museuzinho, olha lá em Cachoeira do Arari, todo turista que vai lá e bate foto, ele tem uma obrigação de deixar uma contribuição, é um real, dois reais, quanto ele poder pra na manutenção das partes que tem lá, aqui não, a pessoa vai lá, bate foto. Fizeram uma filmagem lá atrás com as ruínas e tudo mais, não deixaram um centavo pra comunidade, quanto eles não ganharam em cima disso? Quer dizer que a Vila não tem

ninguém que cuide disso pra nós, eu acho que tá faltando muito isso, porque daqui com mais algum tempo a gente vai perder tudo isso daí.¹⁰

Um dos maiores desafios desta pesquisa talvez seja preencher algumas lacunas existentes em relação a ausência de estudos e publicações acerca da materialidade das ruínas, que possam discutir a importância da pesquisa arquitetônica das ruínas da Igreja de Pedra e Cal, e da atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Quando se volta o olhar da pesquisa para este vestígio arquitetônico, as ruínas da Igreja de Pedra e Cal, surge um questionamento que serviu como parte da motivação dessa pesquisa, qual congregação é a responsável pela construção dessa igreja?

No decorrer dessa pesquisa, foram encontrados alguns autores que abordam essa temática, por ser uma de minhas perguntas de pesquisa, aprofundei o estudo para então defender o que acredito sobre essa afirmativa. Apesar de recordar a totalidade do conteúdo das conversas em que escutava falar sobre as ruínas, ainda período anterior à minha graduação, quando observava as ruínas sem nenhum interesse arquitetônico ou de preservação, somente as admirava com um olhar de turista, contemplando sempre a beleza do lugar e ficando feliz em poder apreciar um local que guarda uma história, história a qual não fazia ideia de quão importante e interessante foi para a sociedade paraense. Assim como eu, a maioria dos frequentadores e moradores da Vila, os que conheço e que tive a oportunidade de conversar durante esse tempo, as tratam como “as ruínas Jesuítas”, referência essa que atualmente está fixada nesta placa fincada ao lado das ruínas (figura 23).

Figura 23 – Placa de Identificação fixada ao lado das ruínas.



Fonte: Ana Laura Melo, 2018.

¹⁰ Entrevista com dona Aldair Rabelo, diretora da E.M.E.F. de Joanes 01 de agosto de 2017.

A placa acima tem os seguintes dizeres: “Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário: Construída no Período da Missão Jesuíta (1716). Aparelhada com 3 altares. Nossa Senhora do Rosário; Jesus Crucificado e Santo Antônio. Projeto de Educação Patrimonial “Joanes Conta sua História”. Seguindo a pesquisa, foram encontrados autores que defendem visões divergentes que serão expostas através de citações para melhor compreensão de seus depoimentos.

Sobre a aldeia indígena fundou-se a Vila no século 17, onde foi erigida a igreja de pedra Nossa Senhora do Rosário, construída pelos índios e padres Capuchos de Santo Antônio. A igreja tinha três altares: um para a imagem de Nossa Senhora do Rosário, outro para o Jesus Crucificado e outro para Santo Antonio. Em 1754 a Vila de Joanes passou dos missionários para a coroa portuguesa, passando a se chamar Monforte. [...] Buscamos salientar na placa o fato de que a igreja foi “construída pelos índios e padres”, pois a história colonial (e para isso os monumentos colaboram) geralmente enfatiza muito a história das classes dominantes, esquecendo-se daqueles que construíram os monumentos (SHAAN e MARQUES, 2011, p.121).

Para Canto Lopes (1999), tanto os franciscanos como os jesuítas podem ter sido os responsáveis pela obra e pela fundação da igreja, que talvez represente a primeira missão religiosa a se estabelecer na ilha de Marajó, esse questionamento continua entre outros autores, sendo estes arqueólogos em sua maioria.

A placa que caracteriza as ruínas, foi colocada para que os visitantes pudessem saber algo sobre o local o qual estão visitando. Segundo dona Marly, a atual responsável pela igreja, foi uma equipe de pesquisadores que fez a placa e colocou ao lado das ruínas para que fossem identificadas, inclusive a placa já está bem deteriorada.

Bezerra (2014) afirma que, ao atrativo natural de Joanes, soma-se o arqueológico e histórico: vestígios de antigas construções coloniais, dando destaque para as ruínas de uma igreja associada à missão religiosa “estabelecida no século XVIII - não se sabe ao certo se erguida pelos jesuítas ou por membros da ordem de Santo Antonio que assumiram o controle da aldeia um pouco depois de sua fundação” (BEZERRA, 2014, p.168). Sobre a antiga igreja,

No âmbito das construções, a igreja de Nossa Senhora do Rosário parece a mais bem aparelhada construção da época, com três altares: um para imagem de Nossa Senhora do Rosário, outro para Jesus Crucificado e outra para Santo Antonio. Neste último caso percebemos a influência da antiga ordem missionária de Santo Antonio na construção da capela e do seu aparelhamento (SCHAAN et al 2006 p.12).

No inventário turístico de Salvaterra, escrito pela SETUR, as ruínas são apresentadas como de origem Jesuítica, afirmando que,

Os Jesuítas, no século XVII, construíram a primeira igreja de Salvaterra, na localidade de Joanes, entretanto, com o passar dos tempos ela foi se deteriorando. Hoje, o que resta da construção são suas ruínas, que despertam curiosidade e interesse do visitante em conhecê-las (SETUR, 2012, p. 31).

As abordagens históricas citam cartas, relatos, desenhos e mapas para comprovar sua teoria, cada uma defendendo a sua congregação. Quando se fala em ruínas de Joanes, esbarra-se em alguns desencontros entre autores que já produziram estudos sobre esses vestígios. O santuário Mariano descreve com detalhes a imagem de nossa Senhora do Rosário, afirmando ainda que a congregação que residia na aldeia era a dos padres da província de Santo Antônio,

Fazendo viagem da Capitania do Maranhão para o Graõ Parà pelo cabo Norte, por ser o mais seguro para grandes embarçaõens, se encontra com a sermosa, & fresca Ilha, a quem dão o nome de Joannes, que lho daria algu Piloto, que teria este appellido. He esta ilha tão grande, que tem oy tents legoas de comprido, & outros lhe dão mais; terra deliciosa, & com grandes matas de excelentes madeyras, & cortada de muytos rios, & com grande varzeas, & campinas de terra fertilissima, & ella capaz de hum grande Reyno. Passando, pois, a Bahia do Sol, entre a Ilha, & a terra firme, já no fim dela se vê dos navegantes a Aldea; que da referida Ilha de Joannes tomou o nome; qual dista da Cidade de Belém, vinte & cinco legoas, pouco mais ou menos.

Nesta Ilha se vê na referida Aldea a Doutrina, & Residencia dos Padres da Provincia de Santo Antônio, cuja Paroquia, em que os mesmos Padres são os Parocos, he dedicada à Virgem nossa Senhora do Rosário.

(Santuário Mariano - Título LX Livro II, 1722, p. 392 – Da milagrossa Imagem de Nossa Senhora do Rosário da Aldea de Joannes no Grão-Pará).

Contudo, para melhor compreensão das afirmativas, optou-se em realizar um quadro com o resumo das argumentações de acordo com cada autor.

Quadro 01 – Autores que tratam sobre a congregação responsável pela construção da Igreja de Pedra da Vila de Joanes.

AUTORES	DEPOIMENTOS
SANTUÁRIO MARIANO (1722)	[...] Aldea; que da referida Ilha de Joannes tomou o nome; qual dista da Cidade de Belém, vinte & cinco legoas, pouco mais ou menos. Nesta Ilha se vê na referida Aldea a Doutrina, & Residencia dos Padres da Provincia de Santo Antônio, cuja Paroquia, em que os mesmos Padres são os Parocos, he dedicada à Virgem nossa Senhora do Rosário.
CANTO LOPES (1999)	Tanto os franciscanos como os jesuítas podem ter sido os responsáveis pela obra e pela fundação da igreja, que talvez represente a primeira missão religiosa a se estabelecer na ilha de Marajó
SCHAAN et al (2006)	No âmbito das construções, a igreja de Nossa Senhora do Rosário parece a mais bem aparelhada construção da época, com três altares: um para imagem de Nossa Senhora do Rosário, outro para Jesus Crucificado e outra para Santo Antonio. Neste último caso percebemos a influência da antiga ordem missionária de Santo Antonio na construção da capela e do seu aparelhamento
SCHAAN E MARQUES (2011)	Sobre a aldeia indígena fundou-se a vila no século 17, onde foi erigida a igreja de pedra Nossa Senhora do Rosário, construída pelos índios e padres Capuchos de Santo Antônio.
SETUR (2012)	Os Jesuítas, no século XVII, construíram a primeira igreja de Salvaterra, na localidade de Joanes, entretanto, com o passar dos tempos ela foi se deteriorando. Hoje, o que resta da construção são suas ruínas, que despertam curiosidade e interesse do visitante em conhecê-las
BEZERRA (2014)	Missão religiosa “estabelecida no século XVIII - não se sabe ao certo se erguida pelos jesuítas ou por membros da ordem de Santo Antonio que assumiram o controle da aldeia um pouco depois de sua fundação

Fonte: Elaborado por Ana Laura Melo, 2018.

A percepção de que os estudos sobre essa temática são recentes, motiva ainda mais o seu aprofundamento, após as diversas pesquisas realizadas, as leituras dos autores que abordam esse tema, as evidências encontradas direcionam o estudo para a compreensão de que a Igreja de

Nossa Senhora do Rosário que hoje está em ruínas tenha sido construída pelos índios e pelos padres Franciscanos que estiveram na Vila para a catequização indígena.

Além da história, que atualmente é contada através de alguns documentos, mapas e pela iconografia de 1783, são poucos os vestígios arquitetônicos (figuras 24 e 25 respectivamente) que permitem o reconhecimento de características arquitetônicas da edificação.

Figura 24: Ruínas de Joanes.



Figura 25 – Ruínas de Joanes parede dos fundos.



Fotos: Ana Laura Melo, 2017.

Os elementos que permanecem neste campanário, são elementos clássicos de uma edificação religiosa. Dentre as diversas entrevistas e diálogos recolhidos na pesquisa etnográfica, persistia a afirmação de que os frequentadores das ruínas não têm cuidado ou zelo por elas, principalmente na hora de fotografar, quando a maioria dos visitantes insiste em escalar as pedras para posar (figura 26).

Figura 26 – Turistas fotografando sobre as ruínas.



Fonte: Jacilene Corrêa, 2017.

Além da escalada nas ruínas, a retirada de pedras das mesmas é uma prática frequente entre os moradores e visitantes do local, ocorre também a retirada das pedras que ficam abaixo do barranco, na praia; essas pedras são utilizadas para o alicerce das casas que são construídas na Vila até os dias de hoje.

O que não foi levado em consideração pelas antigas gerações e nem pelas atuais, é que a retirada dessas pedras, que infelizmente permanece até hoje, tem como graves consequências o aumento diário da erosão. De modo que a cada ano o mar adentra esta porção de terra onde se encontram tanto as ruínas quanto a atual igreja, aumentando assim o risco de perda definitiva destes vestígios arquitetônicos.

Dona Marly relatou que em uma das diversas vezes em que ela foi pedir para que não subissem nas ruínas, se deparou com uma situação que nunca esqueceu, uma família estava fotografando em cima das ruínas e ela pediu educadamente para que descessem, para evitar a queda de alguma pedra ou até mesmo a queda de alguém da própria família, porém foi surpreendida com a seguinte resposta, “não vamos descer nada, deixa de ser chata, isso aqui foi feito com cola de ferro, não vai cair nunca”, foi então que ela se retirou do local segundo ela com o coração triste por saber que as pessoas falam besteiras e que isso pode resultar na perda deste patrimônio.

Imagina-se que, sem moradores, o tempo se encarregou de destruir a igreja, começando pelo telhado, que acabou desabando, restando apenas as paredes. (...). Com o tempo, as demais paredes da igreja de pedra foram sendo removidas ou desabaram. (SHAAN e MARQUES, 2012, p. 112).

Shaan e Marques (2012), falam sobre o abandono que a Vila de Joanes teve no período de 1885 a 1905, abandono esse que teve como consequência a deterioração da igreja, após esse tempo todo sem moradores que cuidassem do local, a igreja se transformou em ruínas, e que continuam em risco iminente de se perder no tempo. Mas além da importância arquitetônica e histórica, as ruínas hoje são consideradas um símbolo de identidade da Vila de Joanes,

As ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário são uma referência local, utilizadas pelas artesãs da AERAJ como imagem representativa da Vila. As ruínas são pintadas em cuias, tecidos, vasos, camisetas, assim como as cenas cotidianas, os búfalos, as danças e as paisagens locais. [...]. Na perspectiva das artesãs da AERAJ, a escolha das ruínas como símbolo da Associação é motivo de orgulho. Segundo elas, a razão para tal escolha é o anseio de que Joanes tenha sua identidade separada, distinta, “recortada” de Salvaterra, que tem como ícone o abacaxi, em razão de sua grande produção da fruta. No discurso das artesãs e de outros moradores, as ruínas são (ou têm que ser) o símbolo da Vila, já que Joanes é chamada de “Vila das ruínas”. Para a diretora da escola, a inclusão de sua imagem no uniforme escolar justifica-se porque: “Em Salvaterra é o abacaxi, aqui então são as ruínas!” (BEZERRA, 2014, p 434 - 435).

Símbolo esse que mesmo reconhecido por parte da comunidade, precisa ser considerado inicialmente pelo município a qual pertence, posto em emblemas, sofre distinção a décadas, seja no abastecimento de energia, água, na distribuição de verba para melhoria sua infraestrutura, no turismo, no transporte público, na pavimentação asfáltica, influenciando diretamente no crescimento da Vila.

De maneira distinta, mas não oposta, o estudo sobre as ruínas de Joanes com o estudo realizado por Nascimento (2013) sobre a Igreja de Santana do Bujaru tem pontos em comum, as ruínas de pedra possuem um sentido de materialidade, gerando uma relação tanto com a população que habita a Vila, quanto com a população do município de Salvaterra e também com quem se propõe a visitá-la, mesmo com a ausência de favoráveis condições para acessá-las. Assim como em Santana do Bujaru, a população da Vila de Joanes reconhece seu potencial

histórico, cultural e econômico como atrativo turístico, sendo também entendido como um lugar de história.

Na reflexão acerca do que realmente seria positivo para a Vila, tem-se como impasse além da ausência de apoio e incentivo dos órgãos competentes, o questionamento do papel do turismo na Vila,

Diante da evidência da importância dos bens patrimoniais para a visitação turística, não há como não questionar o fato de que esta visitação remunerada, simbolicamente ou não ou completamente gratuita estará, em última análise, beneficiando os agentes que operam o turismo, enquanto a manutenção do patrimônio representa um ônus para o Estado, nas suas diversas instancias. [...]. Outro problema verificado no uso do patrimônio pelo turismo é a falta de compromisso com sua conservação, o que coloca sérios riscos à sobrevivência dos bens. (MACHADO,2007, p.26).

O potencial turístico da Vila é inegável, porém as condições que o incentivo ao turismo gera devem ser analisadas, até que ponto é positivo? A comunidade está disposta a ser parceira da prefeitura para preservar e cuidar do local contra a depredação que os turistas causam?

Mas ao mesmo tempo, um lugar tão imponente, culturalmente e historicamente não deve ser explorado turisticamente com o intuito de melhorar a geração de renda da comunidade, porque não? São questionamentos importantes e que merecem ser analisados em estudos posteriores.

2 - A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE JOANES, CONSTRUÍDA NO SÉCULO XX

2.1 A ATUAL IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE JOANES

A realidade que ocorre quando nos deparamos com uma edificação tão carregada de características arquitetônicas, históricas e culturais e a qual não se tem uma referência afirmativa exata e onde mesmo estando inserida em um sítio arqueológico, não recebe o devido reconhecimento e proteção, é a de sensação de impunidade (MELO, MIRANDA, 2018, p. 7).

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário (figura 27) é uma edificação de fachada simples, mas que transmite a quem o observa uma sensação nostálgica. Tem uma fachada com características coloniais, apesar da sua simplicidade externa, é cheia de detalhes internamente o que a tornam ainda mais especial.

Figura 27 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes pintada para o Círio de 2017.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

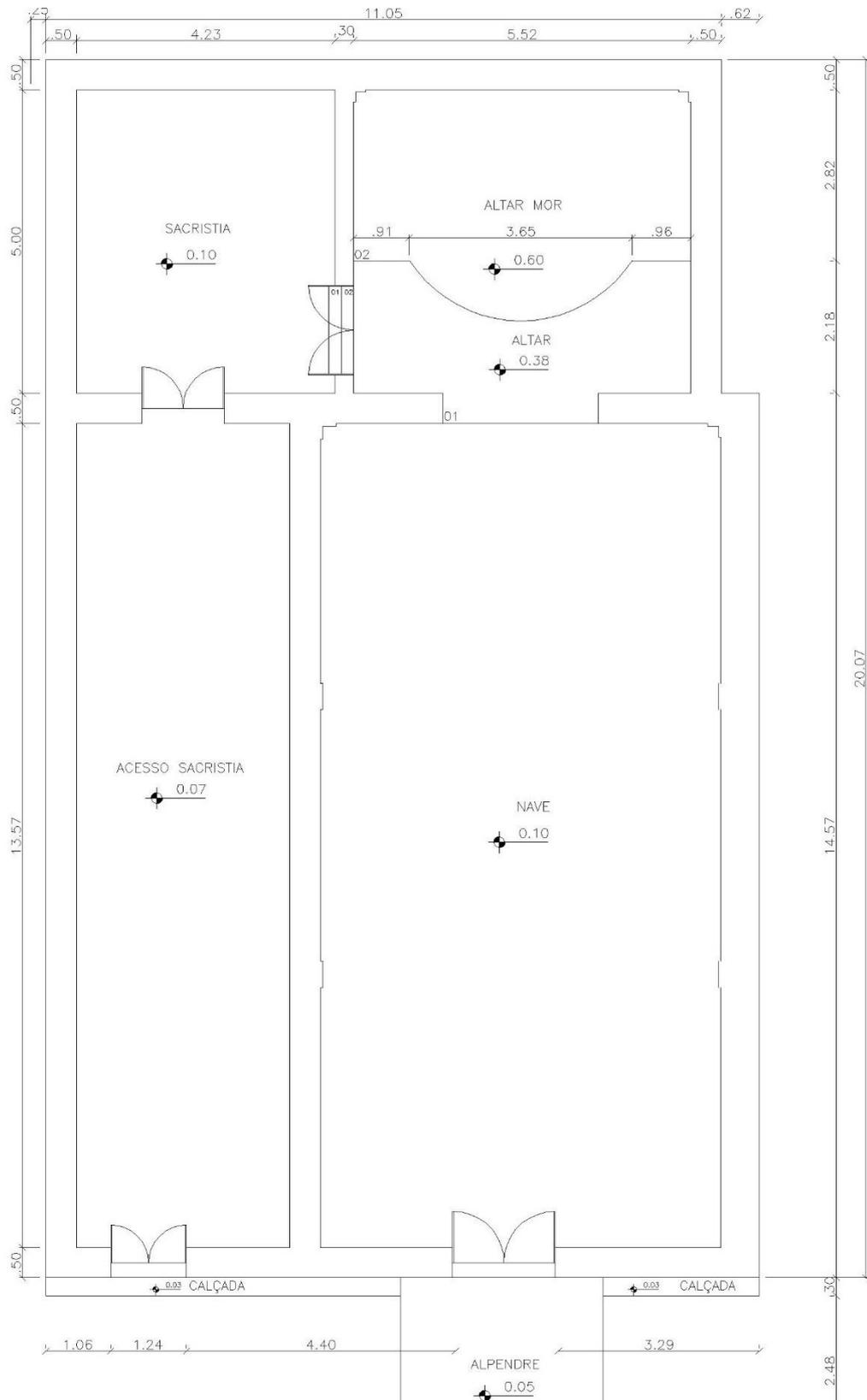
Assim como a antiga igreja, a atual também tem pouquíssimas referências quanto a sua construção ou reforma. Shaan e Marques (2012), afirmam que “Anos depois outra igreja foi construída (provavelmente já no final do século XIX), aproveitando-se duas paredes da antiga igreja de pedra”.

As visitas realizadas no local durante o período dessa pesquisa, revelaram uma igreja por mim nunca observada anteriormente, afinal minha relação com este local não ultrapassava a visita no período do Círio de Joanes. Maíra Airoza afirma que,

Ao lado das ruínas está a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída em 1905, que na sua construção aproveitou parte da parede de pedra da antiga igreja, que na época já deveria estar em deterioração (AIROZA, 2016 p. 8).

A Igreja está sendo mantida unicamente pelos moradores da Vila, que se revezam no decorrer do ano promovendo eventos para arrecadação de verba para a manutenção da edificação. No mês de janeiro de 2017, realizei visita técnica para recolher imagens visando retratar a realidade física atual da Igreja, nesta visita verifiquei as medidas da igreja como observado na figura 28.

Figura 28 – Planta Baixa da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.



Fonte: Elaborado por Ana Laura Melo, 2018.

Nesta visita, pôde ser observado que a fachada da igreja está em boas condições (figura 29), porém, quando se observa as laterais e o interior da igreja foram encontradas diversas patologias: infiltrações (figura 30), reboco deteriorado (figura 31), deterioração da estrutura das janelas (figura 32).

Figura 29 – Fachada principal da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes, em janeiro de 2017.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Figura 30 – Parede do altar Mor com umidade na porção superior.



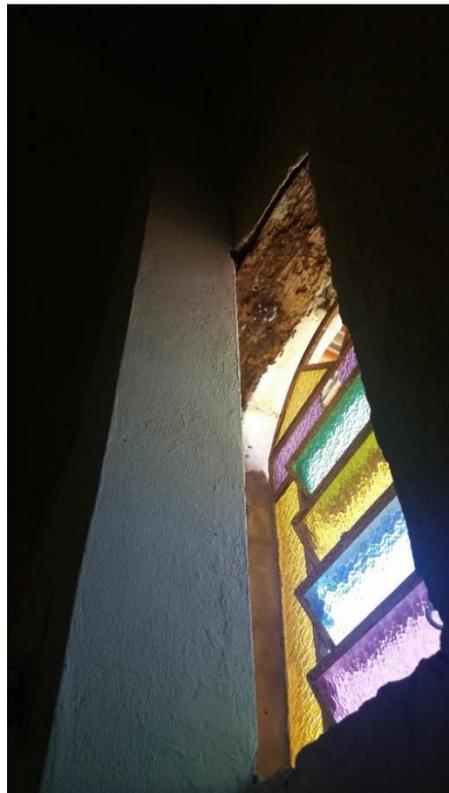
Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Figura 31 – Reboco da parede lateral esquerda do altar mor.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Figura 32 – Caixilho da janela lateral direita em deterioração.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

As patologias citadas acima foram apenas algumas que pude observar naquele momento, após estes registros procurei os responsáveis da Igreja. Atualmente quem está na coordenação

da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes é a dona Marly dos Santos, uma “filha de Joanes”, que recebe a ajuda de seu Eduardo dos Santos, que também é filho de Joanes.

Segundo dona Marly, a igreja não recebe verba e nem uma ajuda da paróquia de Salvaterra, as missas acontecem na primeira sexta-feira de cada mês, que é a missa do Sagrado coração de Jesus e no último domingo de cada mês. Os batizados, missas de aniversário e pela alma dos falecidos são realizadas mediante contribuição monetária.

Dona Marly ainda afirma que “desde que se entende por gente”, a Igreja nunca foi alterada, que as manutenções realizadas pela comunidade se limitam apenas a pintura e na troca de telhas e ripas da estrutura do telhado. Ela também citou que a mesa central do altar mor da igreja não é original e que o piso foi trocado, porém ela ainda não estava à frente da coordenação geral da igreja na época.

Percebe-se que os responsáveis em cuidar dessa Igreja não têm o conhecimento acerca do contexto histórico e arquitetônico do qual ela faz parte desde o início de sua construção, porém, o envolvimento dos paroquianos é genuíno, revelado na fala carinhosa acerca da imagem de nossa Senhora do Rosário, do cuidado e do sacrifício que eles têm e fazem para manter a igreja de pé, para manter a tradição das procissões, das festividades realizadas anualmente na igreja.

Contudo, o reconhecimento deste lugar se dá unicamente na esfera restrita aos moradores da comunidade, não tendo despertado interesse por seu valor histórico ou artístico. Deste modo, o tratamento e manutenção são realizados de forma empírica, em trabalho voluntário, e com o material de que dispõem mais facilmente, sem atentar a incompatibilidade da aplicação de massa corrida na estrutura das paredes construídas em pedra e cal.

O abandono que ocorreu na Vila de Joanes no período de 1885 a 1905, foi o que causou a deterioração da antiga igreja, afinal, sem manutenção a edificação ruiu. A Vila voltou a ser habitada por pescadores vinte anos depois de seu abandono, a data que está marcada na entrada da sacristia (figura 33) da atual Igreja, encaixa perfeitamente nesse período, me fazendo acreditar, assim como Airoza (2016), que a atual igreja, além de utilizar algumas paredes da antiga igreja de pedra, foi uma reforma da antiga e não a construção de uma nova igreja.

Figura 33 – Piso de entrada para a Sacristia da Igreja com a marcação das supostas reformas realizadas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

A relação existente entre as duas edificações ultrapassa a utilização de parte de uma parede. Segundo alguns moradores, em conversas aleatórias, relataram-me antigas lembranças, quando seus bisavós e avós compartilhavam com eles lembranças da antiga Joanes, seu Nivaldo Santos contava que quando ele era criança, seu pai dizia que ainda tinham vários fragmentos da “primeira igreja”, que era um lugar muito bonito, e que as paredes de pedra eram muito grossas.

Seu Nivaldo afirmou ainda que em sua infância, nos anos de 1963, tinham alguns vestígios da primeira igreja naquele espaço, ele acha que eram os bancos de pedra que ficavam dentro do contorno da antiga igreja, onde inclusive durante as chuvas ele e seus irmãos brincavam de pular de um “banco” para o outro, ele relatou também que por diversas vezes ele subia no antigo farol para admirar a paisagem, antigo farol esse (figura 34) que teve que ser retirado do local e substituído por conta da erosão frequente no local.

Figura 34 – Seu Nivaldo e sua filha Maíra no antigo farol de Joanes no ano de 1981.



Fonte: Arquivo pessoal Nivaldo Santos.

Ainda sobre as paredes de pedra, em um outro momento, tive a oportunidade de conversar com seu Eduardo, que integra a atual diretoria da Igreja. Eu o procurei em sua casa, ele me recebeu educadamente, iniciamos uma longa conversa, ele é filho de dona Maria José, uma alegre senhorinha de oitenta anos (figura 35), iniciamos a conversa falando sobre a Vila em geral, sobre as ruínas e vários outros assuntos.

Figura 35 – Seu Eduardo e dona Maria José, mãe e filho.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Após quinze minutos de conversa, dona Maria apareceu e se juntou a nós, no momento que ela chegou falávamos sobre a igreja atual, aí então ela começou a relatar que fez parte das pessoas que carregaram pedras da praia para construir os pilares que sustentam até hoje a parede dos fundos da igreja (figura 36), foi a partir do relato dela que eu soube que os três pilares que sustentam esta parede não são vestígios da antiga igreja, mas sim, trabalho de um pedreiro vindo de Vigia em meados dos anos de 1945.

Eu juntei pedra pra lá praqueles pilares, porque ela abriu nos cantos aquela parede grande de trás ela abriu, ai o padre veio ai disse assim, o que nós vamos fazer aqui? Nós vamos mandar construir uns pilares aqui atrás pra sustentar a parede pra que ela não ceda. Mandou buscar um pedreiro na Vigia porque por aqui não tinha e o pedreiro trabalhava na paróquia em Soure.

Porque nesse tempo essa igreja aqui era coisa lá pela paróquia de Soure, tudo que a gente queria aqui tinha que pedir em Soure. Ai foi que o padre veio com a população fez uma reunião ai na igreja, ficou tudo certo ai quando foi no dia marcado ele apareceu. Era criança, era velho era moço, homem, mulher todo mundo que apareceu lá foi trabalhar, carregar pedra e areia. Quando foi na outra semana chegou o pedreiro, levantou as colunas pra sustentar a parede se não ela tinha arriado. Permanece até hoje, intacto. Queria que você tivesse a condição de ver o tipo de pedra que tem lá, aquelas pedras muito bunitinhas, naquelas paredes, muito bunitinhas as pedras, tudo certinho.¹¹

Figura 36 – Pilares de apoio da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.



Fonte: Ana Laura Melo, 2018.

¹¹ Conversa com dona Maria José em 16 de agosto de 2017.

O tempo passou e quando dei por mim já era tarde, as histórias contadas por dona Maria José me fascinaram. Esse contato que a pesquisa de campo permite é de uma profundidade que emociona.

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. (POLLAK, 1989, p.7).

O diálogo entre o passado praticamente desconhecido da igreja antiga (hoje em ruínas) com a atual e a realidade da Vila, cria uma reflexão acerca do que realmente é válido para essa comunidade, o que aconteceu nessa antiga aldeia. O que motivou a construção de uma Igreja neste ponto da ilha. Esses e outros questionamentos ficam sem resposta nesta pesquisa, afinal, a documentação encontrada até o presente momento não foi capaz de informar mais detalhes sobre essas edificações, mas podem ser aprofundados em futuros estudos.

A técnica construtiva utilizada na antiga igreja é conhecida como alvenaria em pedra e cal, muito utilizada no início da colonização portuguesa e em lugares onde o acesso ao material era fácil, como no caso de Joanes, pois retiravam as pedras da beira da praia, facilitando assim o trabalho.

A utilização dessa parede como forma de identificar o passado no presente pode ser uma oportunidade de valorização ainda maior para esse lugar. Uma pesquisa com olhar do restauro, com uma empresa especializada fará toda a diferença nessa busca para a comprovação dessa realidade. Porque não tornar isso um atrativo turístico para o local?

Internamente a estrutura das paredes não pode ser observada (figura 37) por conta do revestimento utilizado para o emassamento e pintura das mesmas.

Figura 37 – Imagem interna da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Desse modo, a cada etapa de pesquisa avançada surge a certeza do quanto esse estudo tem servido como fonte inspiradora para a batalha de reconhecimento da importância arquitetônica dessas ruínas.

2.2 - A FÉ QUE MANTEM DE PÉ A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE JOANES

O significado da palavra fé é algo muito pessoal e varia de acordo com a crença de cada ser humano. O sentido abordado nesta pesquisa foi o de refletir até que ponto a fé pode fortalecer uma comunidade para que está, reúna forças e não meça esforços para manter viva a crença em um santo.

Nossa Senhora do Rosário é a padroeira da Vila de Joanes (figura 38), é nela que os católicos da Vila depositam toda sua fé, a esperança em dias melhores, apoio para o fortalecimento de sua saúde, a boa pescaria, boas vendas e de prosperidade.

Figura 38 – Imagem de Nossa Senhora do Rosário de Joanes no Círio de 2017.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

No terceiro domingo do mês de novembro é celebrado o círio de Nossa Senhora do Rosário de Joanes, um acontecimento que movimenta a Vila de maneira intensa; após o período das férias de julho, esse é o evento que mais traz turistas.

É certo que existem algumas lacunas que não conseguiram ser solucionadas até o presente momento acerca das informações relacionadas a esse círio. Não se sabe ao certo a data correta do primeiro ano em que foi realizado o círio de nossa senhora do Rosário de Joanes, assim como não se sabe justificar a escolha dessa santa como padroeira da Vila.

As histórias que envolvem esses questionamentos são inúmeras, e suas justificativas são muitas vezes suposições fundadas apenas nas memórias dos moradores mais antigos, que por muitas vezes são as únicas referências, mesmo orais que se tem e que devem ser levadas em consideração, afinal,

A referência à memória que os atores de pesquisa exprimem em suas entrevistas não devem ser consideradas fantasiosas, afinal é a realidade vivida por ele em um determinado ponto de sua vida e isso à torna real na construção da sua memória. (MELO, MIRANDA, 2017, p. 10).

No presente momento, o que está sendo observado é a fé faz com que essa comunidade lute contra todos os obstáculos diários para manter a igreja em funcionamento até os dias de hoje.

Os eventos que antecedem a realização do círio no domingo pela manhã são pensados cuidadosamente por uma equipe que é escolhida em votação e varia dependendo da disponibilidade dos organizadores. Dona Marly¹², afirma que a comunidade católica da Vila sempre está ajudando na realização de eventos para angariar fundos para a realização da festa.

Durante muitos anos, o largo em frente a atual igreja foi palco de festas de aparelhagens realizadas pela comissão responsável pela igreja para o recolhimento de verba para a manutenção da igreja, porém essas festas eram regadas a bebidas alcoólicas e quase nunca terminavam de maneira pacífica. Então, o padre do município de Salvaterra proibiu a realização desse tipo de evento no local.

Hoje o círio é realizado com a doação de alguns moradores da Vila, “forasteiros”, pessoas que tem casa na Vila e ajudam a comunidade, com a realização de bingos, rifas e outros pequenos eventos realizados pela diretoria da festa, é válido ressaltar que a Vila não recebe ajuda financeira de nem uma arquidiocese. Na visão de Dona Marly,

¹² Atual dirigente da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.

Ela se diz triste pela falta de interesse da paróquia de Salvaterra que sempre alega não ter recursos para beneficiar a igreja, partindo apenas de Marly e alguns outros integrantes da comissão responsável pela igreja de Joanes que se reúnem e fazem bingos e vendas de comidas para a arrecadação de verba para a manutenção da mesma. (MELO, MIRANDA, 2017, p. 13).

Apesar de todas as dificuldades encontradas pelos organizadores, o evento acontece todos os anos. A realização deste evento na Vila é uma questão de honra para os diretores, apesar do pouco conhecimento adquirido através do tempo, a grande maioria dos católicos da Vila aguardam ansiosamente por este evento, além da comissão diretora do círio, ainda fazem parte da equipe os músicos que compõem a banda, os guardas da santa e os marujos que ao final da procissão realizam uma linda homenagem para encerrar o círio de maneira esplendorosa.

O círio dos estudantes é uma procissão realizada, em grande maioria por estudantes e crianças que se empenham em homenagear a santa, o percurso varia de ano para ano, pois tem como destino uma Vila que é sorteada entre todas as Vilas do município de Salvaterra para acolher a imagem da santa por uma noite, após o sorteio, a Vila aguarda ansiosa a chegada da imagem, onde irá pernoitar.

A procissão dos estudantes sai da Igreja matriz da Vila em direção a comunidade escolhido por sorteio, essa procissão é simples, realizada no período da tarde quando a temperatura está mais amena, a imagem é levada em um carro e segue em direção a comunidade. Após a chegada da procissão, é realizada uma missa, e ali então a imagem permanece até o outro dia.

No sábado pela manhã, acontece a emocionante homenagem dos pescadores, a imagem sai da Vila onde pernoitou e segue para a praia de Água Boa em um automóvel, então já tem um barco a sua espera, com sua berlinda decorada com flores e muitos balões, diversas canoas são decoradas para acompanhar o barco que carrega a imagem da santa, imagem sai em procissão pela Baía de Marajó (figura 39), contornando o litoral da Vila, no decorrer do percurso as homenagens são feitas através de disparos de fogos de artifício que acompanham todo o cortejo.

Figura 39 – Procissão Fluvial em homenagem a \Nossa Senhora do Rosário de Joanes.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

O círio fluvial se encerra na praia do Porto, onde todos os barcos aportam e os romeiros aplaudem o fim de mais uma procissão (figura 40).

Figura 40 – Chegada da imagem de Nossa Senhora do Rosário de Joanes após a procissão do círio fluvial.



Fonte: Ana Laura Melo, 2018.

A imagem é recebida pelo padre e pelos devotos que a aguardam na praia, após a retirada da imagem do barco, ela é levada pelo padre (figura 41) até o local destinado ao recebimento

da imagem, após a apresentação da imagem para os devotos é colocada na berlinda e então é realizada uma missa em agradecimento as bênçãos alcançadas durante o ano (figura 42).

Figura 41 – Imagem de Nossa Senhora do Rosário sendo apresentada a comunidade pelo padre após o círio fluvial.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Figura 42 – Missa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário de Joanes.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Após a missa, a imagem segue em cortejo para a igreja matriz de Joanes, carregada por quatro voluntários, o caminho é feito ao som de louvores tocados pela banda instrumental Estrela do Norte e acompanhada em coro pelos romeiros (figura 43). Esse momento é tomado de emoção, é visível a devoção ao qual a imagem de Nossa Senhora do Rosário é recebida pelos que a acompanham, é um momento de homenagem e fé, família inteiras acompanham este momento, agradecem por suas vitórias, aprendizados e pelo ano que se passou entre um círio e outro.

Assim como na capital Belém, é tradição reunir a família em torno de uma mesa farta e com comidas típicas da região, a maniçoba, o vatapá e o frango no tucupi são iguarias que não podem faltar na mesa dos Joanenses no período do círio.

Figura 43 – Cortejo de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Após essa procissão, a imagem peregrina é levada para a igreja matriz de Nossa Senhora do Rosário de Joanes (figura 44) e lá permanece até o período da noite, de onde sai a procissão da transladação.

Figura 44 – Chegada da procissão na Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

A transladação é o último evento que antecede o grande dia do círio, nesta procissão a imagem que segue em cortejo pelas ruas da Vila de Joanes é a imagem original de Nossa Senhora do Rosário, descrita no livro do Santuário Mariano no ano de 1722.

He dedicada à Virgem nossa Senhora do Rosário: Imagem grande, & de muyta fermosura, porque terá quatro para cinco palmos, he buscada com muyta devoção, não só dos Indios, que alli vivem, mas dos Portuguezes quando por aquella parte fazem viagem. Os Indios tema esta Senhora hua muyto particular devoção, & assim elles, como as Indias com o muytoque amaõ a Senhora, assistem com tudo o que podem ao seu culto, & veneração;

(Santuário Mariano - Título LX Livro II, 1722, p. 392 – Da milagrossa Imagem de Nossa Senhora do Rosário da Aldea de Joannes no Grão-Pará).

Ao anoitecer, o cortejo sai da igreja matriz em direção ao Santuário de Nossa Senhora do Rosário que fica localizado no início da Vila, a berlinda que conduz a imagem é iluminada, e decorada de maneira simples como pode ser observado abaixo (figura 45). A berlinda carrega consigo não somente uma imagem que remete a Maria, mãe de Deus, mas sim toda a devoção de uma comunidade que se une ano após ano para celebrar o círio de nossa Senhora do Rosário,

na procissão que tem o nome de transladação, entre uma rua e outra, as famílias fazem diversas homenagens a nossa senhora, como agradecimento por todas as bênçãos recebidas.

Figura 45 – Berlinda com a imagem de Nossa Senhora do Rosário de Joanes preparada para a transladação.



Fonte: Ana Laura melo, 2017.

Nesta procissão (figura 46), pude observar que mesmo de maneira simples, os agradecimentos são realizados com esforços, por trás de cada faixa de homenagem, de cada foguete reluzindo no céu estão pessoas, histórias, lutas, angústias, superações e vitórias, cada pessoa que estava ali presente, tinha algo a pedir ou a agradecer.

Figura 46 – Trasladação de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

A procissão segue um caminho sem obstáculos, porém devido as numerosas homenagens, o percurso se estende por horas, até então chegar ao seu destino final que é o Santuário de Nossa Senhora do Rosário (figura 47).

Figura 47 – Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

A imagem pernoita no santuário, após o encerramento da transladação a decoração da berlinda é substituída e flores naturais são utilizadas para a decoração. Além disso, a diretoria do círio já deixa o entorno do santuário preparado para o posicionamento das barquinhas.

Uma característica peculiar do Círio de Nossa Senhora do Rosário de Joanes é que em frente a procissão (figura 48), várias pessoas vestidas com roupa branca e chapéu de marinheiro carregam barquinhos em madeira e fazem coreografia em zig-zag referenciando a maresia que enfrentam diariamente quando estão pescando e saldando a virgem que os protegem das intempéries que ocorrem nesta profissão, afinal além da santa ser a padroeira da Vila, os joanenses também a consideram como a santa protetora dos pescadores.

Sem dúvida, a emoção que essa representação causa em cada um que acompanha a procissão é indescritível, são momentos únicos que somente quem participa sente, me sinto privilegiada em poder compartilhar um pouco desse momento de emoção que a Vila de Joanes vive todos os anos, mesmo com todas as batalhas enfrentadas por cada morador, seja ele “filho de joanes” ou “forasteiro”, de fato é amenizado em momentos tão simbólicos como este.

Figura 48 – Representação de marinheiros.



Fonte: Ana Laura Melo, 2018.

A procissão do círio realiza o percurso inverso da transladação, porém de maneira diferente, vai zigzagueando as ruas da Vila de modo a afirmar ainda mais sua referência a

maresia enfrentada pelos pescadores. Sem dúvida é um domingo único que representa muito para essa comunidade.

O círio então chega em frente à igreja de Nossa Senhora do Rosário (figura 49), este momento da procissão é o mais esperado pelos pescadores que realizam o percurso. Assim que a imagem chega ao arco da Vila, fica parada e os que acompanham ficam na lateral para assistir a homenagem.

Figura 49 – Procissão observando a homenagem dos pescadores no círio de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Essa interpretação é questão de honra para os pescadores (figura 50), é uma representação realizada com muito prazer para agradecer toda a proteção dada através da intercessão de nossa Senhora do Rosário para os pescadores, segundo Vivian Herculano, esposa de um pescador,

Não é uma dança, é uma homenagem, onde eles representam o movimento do barco no mar, realizando algumas manobras realizadas quando estão pescando, é uma homenagem que eles fazem em agradecimento a proteção recebida.¹³

¹³ Entrevista realizada dia 29 de janeiro de 2018 com a moradora da Vila Vivian Herculano.

Figura 50 – Homenagem feita pelos pescadores para Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Por fim, após a homenagem dos pescadores a procissão se encerra e mais um ano o círio de Nossa Senhora do Rosário é realizado na Vila de Joanes (figura 51). Deixando um sentimento de paz, união e fraternidade, onde se comprova que quando a comunidade se reúne e une forças para realizar um evento, todos são beneficiados.

Figura 51 – Encerramento do Círio de Nossa Senhora do Rosário de Joanes.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

2.3 – E A PAREDE DE PEDRA E CAL?

A parede de pedra e cal que alguns autores relatam fazer parte da atual igreja foi constatada por estudiosos como Lopes (1999), o qual afirma que “a igreja matriz atual, construída em 1905 no terreno adjacente ao da igreja da missão e aproveitando parte de sua parede esquerda”. Quando se observa a referida parede nos dias atuais (figura 52), percebe-se a similaridade da estrutura entre a parede da atual igreja e a estrutura da parede da ruína.

Figura 52 – Detalhe da estrutura da parede lateral da igreja.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Era o material que conferia maior resistência aos muros, razão porque era utilizada nas fortificações, igrejas monumentais e nas construções oficiais. No início da colonização, ainda no século XVI, já encontramos construções assim realizadas. (SANTOS, 1951, p. 90).

Com um olhar direcionado para uma parte específica da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes e analisando o contexto em que está inserida a reforma da referida igreja no ano de 1905 e seu atual estado de conservação, observou-se a necessidade de realizar uma análise mais detalhada em relação ao fato da existência de uma ou mais paredes da antiga edificação de pedra e cal para a consolidação da atual Igreja.

Realizando uma breve análise sobre a interferência do passado no presente e considerando a utilização de paredes da antiga igreja, o mais relevante a se analisar no momento é se essa particularidade agrega valor histórico, patrimonial e ou sentimental para a atual edificação. E se a comunidade identifica esse fato como algo digno de importância.

Como já demonstrado anteriormente, a igreja está em pleno funcionamento, sendo utilizada semanalmente por aqueles que a ela recorrem como local de paz e reflexão, porém sem atentar ou sequer saber da existência de parte do passado dentro desta igreja.

A parede em questão pode ser observada nas figuras 53 e 54 respectivamente, ao ser observada superficialmente, a parede não demonstra sua vinculação ao passado e à antiga igreja.

Figura 53 - Parede de pedra e cal remanescente da antiga igreja de pedra, atualmente fazendo parte da atual igreja da Vila de Joanes.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

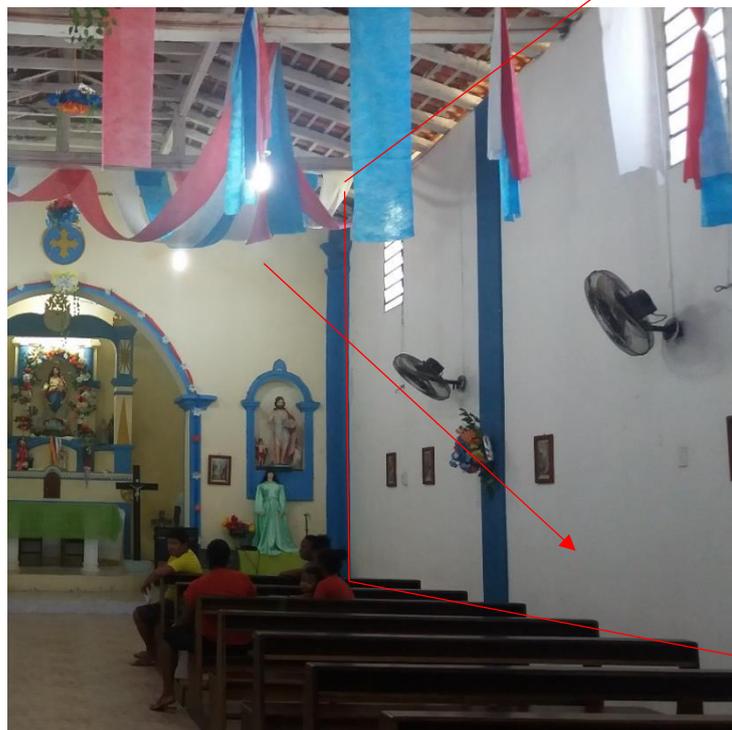
Figura 54 - Parede de pedra e cal remanescente da antiga igreja de pedra, atualmente fazendo parte da atual igreja da Vila de Joanes.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Observando a referida parede pela parte interna (figura 55), esta recebeu emassamento sem textura e pintura na cor branca, o que a torna similar a qualquer construção contemporânea.

Figura 55 – Parede Lateral da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

O questionamento realizado acerca desta situação envolve muito mais do que a identificação de um vestígio do passado, incluído no presente. A comunidade em diversos momentos mostrou falta de interesse e conhecimento no que poderia ser utilizado como referencial turístico para Vila assim como o atrativo das belas praias, das ruínas e dos objetos encontrados através das escavações arqueológicas realizadas no sítio arqueológico. Conforme reflete Claudia Nascimento em sua dissertação sobre a Igreja de Santana do Bujarú:

É necessário se preocupar com as consequências das ações técnicas, que possuem um alcance muito mais profundo que a eficiência ou precisão. Ao revelar um fato histórico ou uma informação, essas pesquisas, ao mesmo tempo em que desnudam novas dimensões da vivência de um grupo, falam a eles que não são o que eles acreditavam ser, estanca o ser de sua realidade cotidiana: a igreja é invadida de pessoas atentas e desconhecidas; a casa passa a ser coletiva e são ressignificadas as referências. (NASCIMENTO, 2013, p. 143).

É válido ressaltar que o apelo turístico traz consigo consequências positivas e ou negativas para o sítio arqueológico e para a comunidade como um todo, mas se bem estruturado e apoiado pelos órgãos competentes, os projetos sempre encontram uma maneira positiva de aperfeiçoar a oferta turística de um espaço.

3. ETNOGRAFIA NA VILA DE JOANES – ILHA DO MARAJÓ PA

3.1 AS VOZES DA VILA DE JOANES

A escolha da etnografia como método de pesquisa permitiu a compreensão das relações da comunidade com o patrimônio encontrado nesse lugar com um olhar diferenciado, acolhendo a ajuda dos moradores, permitindo a possibilidade da convivência, da imersão no campo de pesquisa, o que fez total diferença, tornando a pesquisa mais humana e qualitativa.

O quadro 02 identifica e resume os atores de pesquisa que representam as vozes da Vila de Joanes nesta atual pesquisa.

Quadro 02 – Atores de Pesquisa.

ATORES DE PESQUISA				
CATEGORIAS	CONCEITO	SELECIONADOS		
FORASTEIROS	Pessoas que não nasceram na Vila de Joanes, mas que a escolheram para viver.	João Gaucho (Proprietário de um mercadinho na Vila a mais de vinte anos, atuante nas intervenções realizadas na Vila, entre agricultura e abastecimento de água).	Marineide (Casada com um filho de Joanes, atualmente viúva, trabalha com venda de comida e integrante da AERAJ).	
FILHOS DE JOANES	Pessoas que nasceram e continuam morando na Vila de Joanes.	Eduardo (Morador do entorno das ruínas, atualmente integrante da diretoria da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes).	Edvaldo , vulgo "pelado" (Proprietário de uma mercearia).	Marly (Filha de pescador, proprietária de uma venda de lacha em sua residência e integrante da diretoria da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Joanes).
TURISTAS ANUAIS	Pessoas que visitam a vila todos os anos, nos últimos trinta anos.	Maria (Frequenta a Vila desde o ano de 1979).	Mercêdes (Frequenta a Vila desde o ano de 1976).	

Fonte: Elaborado por Ana Laura Melo, 2018.

Representando as vozes do lugar, foram selecionados três grupos de atores de pesquisa: os forasteiros; os filhos de Joanes e os turistas. Em cada um desses três grupos, foram selecionados de duas a três pessoas para a realização de entrevistas e diálogos. Para o grupo dos “forasteiros”, escolhi dois importantes personagens da Vila, o primeiro conhecido como “seu João Gaucho e como segunda escolha, a também conhecida “tia Neide”.

Seu João Gaucho é um importante personagem na Vila, classificado como “forasteiro”, hoje já é considerado um senhor pela idade mais avançada, mas quando chegou na Vila, ainda

era um rapaz, vindo de outro estado brasileiro encontrou na comunidade o lugar com qualidade de ar propício para a cura de sua doença respiratória e a escolheu como sua nova morada.

A chegada dele na Vila não foi vista com bons olhos, segundo o próprio Gaúcho, os nativos da Vila o viam como um estranho que veio tirar deles a pouca oportunidade de geração de renda, afinal, ao chegar no local, sua primeira atitude ao conseguir uma residência fixa foi abrir um pequeno mercado para que pudesse se sustentar.

Gaúcho se tornou então um homem engajado nas necessidades da comunidade em geral, dotado de conhecimento em várias áreas como agricultura e vendas, procurou sempre estar incluído em diversas ações para a melhoria da Vila. Participou da construção da rede de distribuição de água, foi membro da coordenação de cooperativas do município, e esteve presente na tomada de decisões acerca das intervenções realizadas pelo IPHAN na Vila.

Nossa outra escolhida, tia Neide, nasceu na capital Belém do Pará, porém, encontrou na Vila de Joanes o grande amor de sua vida, um pescador chamado Badú, que lhe concedeu a felicidade de gerar três filhos homens. Em consequência de seu casamento com o referido pescador, hoje falecido, optou em ir morar na Vila para criar seus filhos ao lado de seu esposo. Mesmo sendo casada com um “filho de Joanes”, não foi aceita na comunidade. Hoje, com mais de trinta anos morando no lugar, ainda é integrante do grupo de “forasteiros” da Vila.

Tia Neide se mantém financeiramente com venda de comidas nos períodos de maior movimento da Vila, recentemente construiu em sua casa um pequeno restaurante, que abre todos os finais de semana, com venda de frango assado e churrasco, sendo ainda integrante da AERAJ, onde produz e vende artesanato marajoara.

O segundo grupo é o dos “filhos de Joanes”, neste grupo foram selecionadas três pessoas, sendo elas o dono de uma das mais antigas “tabernas” da Vila, seu “Pelado”; a dona Marly, que é atual diretora da comissão responsável pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário; e seu Eduardo, conhecido morador da Vila, hoje faz parte da diretoria da atual Igreja - conhecido por sempre receber todos que o procuram para conversar sobre as histórias da Vila -.

Seu “Pelado”, é registrado com o nome de Edvaldo Santana, mas só o identificam pelo apelido. É um personagem conhecido por sua tranquilidade, nascido na Vila, é proprietário de uma “taberna”, de onde retira seu sustento, homem calmo mas atento aos acontecimentos do lugar.

Marly dos Santos, atual dirigente da Igreja, mulher empenhada, que não mede esforços para manter a Igreja em funcionamento. Seu Eduardo, personagem já citado em trabalhos realizados por outros pesquisadores, conhecido por estar sempre de bom humor e disposto a conversar com quem o procura para saber de fatos e histórias da Vila.

Por fim, os turistas, nesta categoria, escolhi duas pessoas que visitam a Vila anualmente no mês de julho. Dona Maria Melo e dona Maria Mercedes Dias.

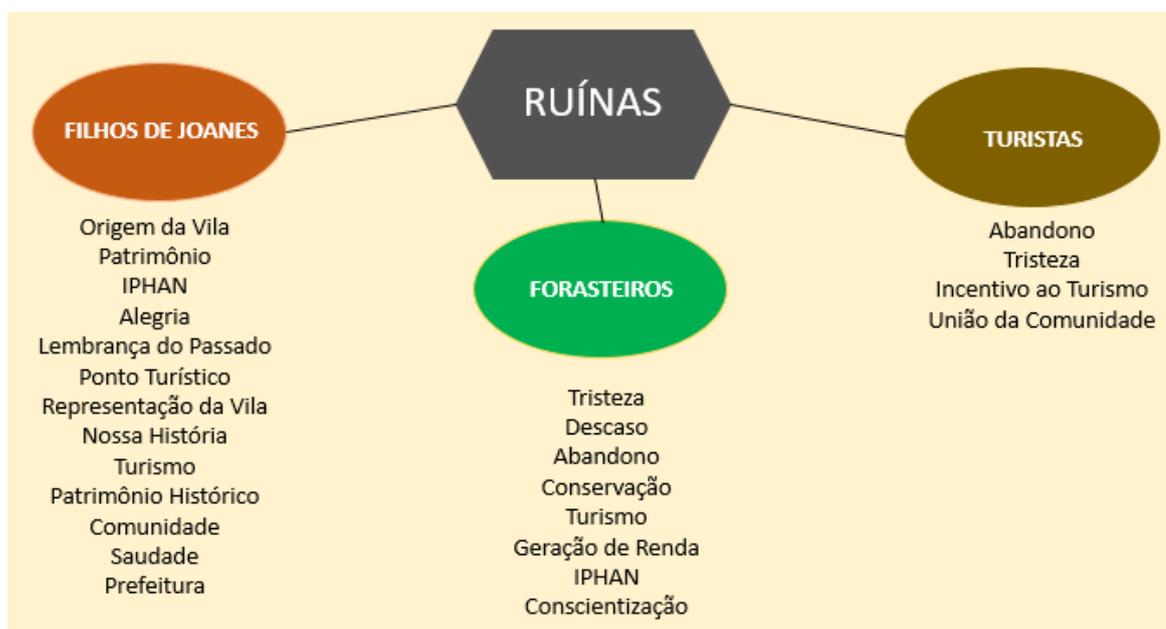
Dona Maria é frequentadora de Joanes desde o ano de 1979, conta que sua relação com a lugar foi crescendo com o passar dos anos e mesmo com todas as dificuldades enfrentadas durante décadas para a chegada na Vila, nunca se sentiu desmotivada, pois valia a pena todo o esforço.

Já dona Mercedes, passou a frequentar a Vila no ano de 1976 através de uma amiga que já tinha casa lá, foi então que com as frequentes idas, se apaixonou pelo lugar e optou por comprar um terreno e construiu sua própria casa na Vila no ano seguinte, desde então as idas são frequentes, principalmente no período do mês de julho.

As informações orais obtidas através destes atores, serão utilizadas como subsídio para a compreensão da percepção de cada um para com as ruínas, iniciando assim a documentação oral obtida durante a pesquisa.

Apresento agora um quadro síntese expondo as palavras que mais se repetiram durante as entrevistas, a partir dessa comparação, a análise da fala dos entrevistados, suas divergências e convergências:

Quadro 03 - Síntese das palavras que se repetem com maior frequência nas entrevistas.



Fonte: Elaborado por Ana Laura Melo, 2018.

A partir da análise realizada, ficou claro nas entrevistas que tanto os forasteiros quanto os filhos de Joanes possuem o sentimento de amor pela Vila, diferenciando apenas por sua maneira

de olhar o lugar, enquanto os filhos de Joanes alegam sentir alegria e saudade ao chegar nas ruínas, os forasteiros alegam tristeza por conta do abandono.

Os forasteiros colocam como parte responsável pela falta de cuidado do patrimônio os próprios moradores que aguardam pelo poder público para cuidá-la, enquanto que os filhos de Joanes designam essa responsabilidade a prefeitura de Salvaterra.

Os dois grupos citados anteriormente falam também sobre o papel do IPHAN, porém de maneiras distintas, os filhos de Joanes abordam a maneira “bruta” em que os pesquisadores levaram as peças encontradas nas escavações embora da Vila, os forasteiros alegam que o órgão é importante para a melhoria da comunidade, mas que precisam se fazer mais presente.

Com relação ao turismo, os três grupos falam sobre a possibilidade de explorar a Vila com apelo turístico, porém a maioria dos entrevistados citam apenas o lado positivo desse investimento. Os três grupos defendem também a necessidade da união da comunidade para a melhoria do lugar.

As entrevistas foram realizadas pautadas por um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, assinado por todos os participantes, sendo assim, me foi permitida a exposição dos nomes e histórias de vida de cada um, para a melhor compreensão da escolha de cada personagem.

As perspectivas observadas através dos relatos acima, apontam que por maior que seja a diferença de conhecimento acerca do patrimônio em relação as ruínas, todos relatam, de maneiras distintas, sua importância e o quanto elas precisam ser cuidadas e preservadas.

3.2 - PERCEPÇÃO A PARTIR DA PESQUISA ETNOGRÁFICA NA VILA DE JOANES

Quando optei em desenvolver uma pesquisa sobre o patrimônio histórico e arquitetônico na Vila de Joanes, tive como finalidade realizar algo positivo para o lugar. Como mencionado no início deste estudo, minha relação com a Vila iniciou na infância e perdura até a atualidade. Contudo, ao retornar para iniciar minha pesquisa de campo, deparei-me com uma situação bem diferente de tudo que eu já tinha observado até então.

As inquietações iniciais me deixaram um tanto quanto insegura em relação a qual era minha opinião pessoal e o que realmente acontecia na comunidade.

Como panorama geral, a Vila de Joanes carrega consigo um contexto histórico rico, os vestígios arquitetônicos, o material arqueológico são referências do passado que ligados com a memória coletiva da comunidade sustentam as relações no sentido de patrimônio e pertence.

O trabalho de campo possibilitou uma compreensão diferente da realidade que eu acreditava existir na comunidade, minha percepção acerca do sentimento de amor e orgulho por aquele lugar, que em meu entendimento preenchia o coração dos “filhos de Joanes” e “forasteiros” foi sendo desconstruída em minhas visitas de campo como pesquisadora.

Ao imergir no campo e observar as relações entre a comunidade, as ruínas e a atual igreja, constatei que muitos moradores não possuem o sentimento de identidade com os elementos que compõem o sítio arqueológico. Em algumas conversas me foi relatado que aquela paisagem é tão rotineira em sua vida, que não fornece motivos suficientes para que sejam consideradas como importantes. Sendo assim, para alguns moradores, não se tem motivos para cuidar e preservar o local, pois não a enxergam como fonte de identidade nem de geração de renda.

Acredito que a interpretação dos moradores que não compreendem a relevância do lugar, é consequência da ausência de informações que comprovem a tal afirmação, acarretando, pôr fim, a não valorização do lugar por parte dos que ali vivem.

Certamente, posso considerar que a grande maioria dos moradores que têm relação direta com o sítio, o enxergam com um outro olhar. Os que moram no entorno, os que trabalham na E.M.E.I.F de Joanes, os responsáveis pela atual igreja e os que usufruem deste espaço de alguma maneira, ainda que não possuam informações apropriadas, acreditam no potencial turístico do lugar e defendem sua preservação e cuidado.

A comunidade da Vila de Joanes é um lugar tranquilo, porém existem conflitos que envolvem muito mais do que a divergência entre os “filhos de Joanes” e “forasteiros”. O domínio dos que se auto titulam donos do lugar - e que são em maioria integrantes de famílias

abastadas da região marajoara -, acreditam que a condição financeira é o que lidera em um lugar e isso, muitas vezes, causam brigas políticas que envolvem, além de disputas de terra, conflitos que abrangem até patrimônios históricos na região. Alguns destes conflitos estão presentes na Vila de Joanes e trouxeram consigo consequências prejudiciais para a comunidade em geral.

Estas constatações foram sendo construídas no decorrer das visitas, das entrevistas e diálogos realizados por mim, porém, diferente do que imaginava, minha imersão no campo de Joanes, aconteceu de forma tímida e difícil, apesar de já conhecer o lugar. Aos poucos fui me inserindo, convivendo com a comunidade e conversando com os moradores para o recolhimento das informações.

Na primeira visita realizada para essa pesquisa, ao chegar na Vila, me direcionei de imediato para o sítio arqueológico onde se encontram os remanescentes da antiga igreja e a atual igreja. Logo no início da rua (figura 56) que nos direciona para os objetos de pesquisa, pude notar que o espaço estava com a limpeza e o corte da grama em atraso, dificultando a contemplação da paisagem.

Figura 56– Rua principal para o acesso ao sítio arqueológico.



Fonte: Ana Laura Melo, 2017.

Enquanto caminhava até as ruínas senti uma leve brisa tocar em meu corpo - a ventilação neste ponto da Vila é frequente por conta da posição do local em relação à baía -, neste momento

minha imaginação aflorou, o sentimento nostálgico que esse lugar me faz sentir, permite que eu idealize as diversas relações ocorridas no lugar, no início de sua colonização - como será que funcionava esse espaço? Como se consolidou o sítio arqueológico? Quais referências históricas ficaram por debaixo da terra? O que ocorreu para que exista esse passado enterrado? De que maneira se deu a construção de uma igreja de pedras, a catequização indígena e como foi estabelecida a relação entre brancos e índios?

Prossigui o percurso de maneira eufórica, a cada passo dado, mais instigada eu ficava ao tentar entender as relações ocorridas neste local. Aos poucos pude observar com outros olhos um pouco mais da dimensão do espaço que compõe minha pesquisa. Foram tantos os sentimentos e sensações que me ocorreram naquele momento, questionamentos e suposições acerca da missão religiosa e colonização ocorridas ali que cheguei até a fantasiar como as tribos viviam antes da chegada dos portugueses.

Neste primeiro momento, conversei com poucas pessoas, por ser minha visita inicial com este novo olhar, tive precaução e fui colhendo informações de maneira sutil. Os diálogos aconteceram, quase que em totalidade, de maneira fluida e natural. Tentar compreender a relação da comunidade com o patrimônio foi, e ainda é, um desafio e talvez, a perspectiva que concluí, não seja a que eles realmente compreendem.

A relação dos moradores da Vila com o referido patrimônio é muito ligada ao sentimento de memória que é alimentado individualmente por eles. Por muito anos e até os dias atuais é atribuída às ruínas, o título de “Ruínas Jesuítas” o que foi desconstruído através das pesquisas documentais da presente dissertação.

Por diversas vezes, notei que o senso comum direciona o entendimento de muitos moradores, com isso as informações acabam repassadas por eles para quem visita a comunidade, criando uma ideia equivocada sobre a real história da Vila.

O sentido de memória coletiva e memória individual foi utilizado como parâmetro para a compreensão dos relatos recolhidos. Almeida (2009), afirma que “Os ambientes construídos pelos homens guardam através de sua materialidade, a memória das ideias, das práticas sociais e dos sistemas de representação dos indivíduos que ali convivem”.

A memória do ser humano serve como alimento para a comunicação dele com o mundo, o sustento da comunicação entre ele mesmo e os outros, para a construção de uma identidade seja em seu lado pessoal, profissional ou social, em todos os momentos de nossa vida a memória dá o suporte para essas relações. (MELO, MIRANDA, 2017, p.10).

Em Joanes é fácil compreender a importância que a memória exerce para os moradores, afinal, as informações existentes são confusas e contraditórias. Por serem edificações antigas, os atuais moradores utilizam a memória para qualificar e descrever a realidade que foi aprendida durante sua infância, juntamente com a convivência de seus avós e bisavós.

3.3. PERSPECTIVAS E PANORAMA GERAL

Durante o período das pesquisas, foi observado que os Joanenses defendem o patrimônio da Vila de maneira distinta, as opiniões sobre o papel dos órgãos competentes e a atuação dos mesmo na comunidade também variam de acordo com o grupo em que se enquadram.

Sobre o afastamento das pesquisa e projetos realizador principalmente pelo IPHAN, é importante observar que a comunidade, apesar de ter em registro a presença de um sítio arqueológico multicomponencial, passou por um longo período de esquecimento pelos Órgãos competentes, acarretando o abandono do lugar. E somente após a ação do IPHAN e do Museu Emílio Goeldi foi que a Vila de Joanes voltou a ter incentivos fiscais para a execução de projetos de restauro, educação patrimonial e arqueologia.

Em contrapartida aos relatos sobre a atuação do IPHAN na comunidade, tive a oportunidade de conversar com duas pessoas que estiveram inseridas na Vila no período da realização de pesquisas arqueológicas e estudos patrimoniais. Serão expostos os diálogos realizados com esses personagens, será exposta também a opinião dos moradores da comunidade compondo assim um diálogo com os dois pontos de vista.

Conhecida como uma mulher tranquila e de boa conversa pelos moradores da Vila de Joanes, A.A.¹⁴, funcionária do IPHAN, participou de várias ações realizadas na Vila, entre visitas, rodas de conversas, palestras e outras ações promovidas em parceria com a Prefeitura de Salvaterra e a SETUR.

No início da conversa, a primeira opinião expressada por ela sobre a comunidade foi: “Desistimos da Vila, foram várias tentativas, porém o povo de lá infelizmente não nos vê com bons olhos, por isso nem adianta tu tentar conseguir algo através daqui. Por conta de tudo que ocorreu lá, é quase impossível que consigas um retorno positivo”.

Perguntado então o que de fato teria acontecido na Vila de tão grave para que tivesse como consequência a desistência dos pesquisadores de atuar no sítio arqueológico, foi relatado em detalhes o resultado de uma reunião ocorrida em agosto de 2006 no salão paroquial da Vila, o estopim para a desistência das intervenções: “Foi horrível, parecia cena de filme, pessoas com cartazes escritos (fora a ditadura do IPHAN), quando começamos a explicar parte do projeto que seria executado na Vila, observamos que várias pessoas que estavam do lado de fora do salão estavam alcoolizadas e aparentemente revoltadas com a reunião, mesmo assim

¹⁴ Nome fictício.

continuamos falando até que chegou um momento em que adentraram o salão e começou uma confusão, a energia da Vila acabou - ou foi desligada como soubemos mais tarde -, eu só ouvia os gritos de ordem, expulsando o IPHAN e os pesquisadores da Vila, não dava para enxergar direito, estava tudo escuro, eu me escondi embaixo da mesa até que tudo voltasse ao normal, eu achei que iria morrer”.

O outro entrevistado que participou da mesma situação relatada acima, não quis se posicionar sobre o ocorrido, o pesquisador F.M.¹⁵ afirmou que: “A vida segue, infelizmente não foi possível concluir todas as fases do projeto que planejamos para Joanes, o lugar ainda tem muito a ser explorado, mas as vezes é assim, a comunidade se fecha de uma maneira que a melhor opção é se afastar para evitar problemas. Sempre vão existir dois lados de uma mesma história, e nesse caso, talvez, o que deva ser questionado é: de quem é o patrimônio em Joanes? Quem decide o que pode ou não ser feito lá? Porque em toda intervenção necessariamente se fazem limitações, será que lá eles estão preparados para aceitar isso? Então porque propor preservar se tudo depende do trabalho posterior da comunidade para manter o que foi deixado pelos projetos? ”

Em conversa com seu Eduardo, filho de Joanes, ele citou o mesmo assunto tratado acima, dizendo que precisava me contar uma situação ocorrida na Vila durante a execução de uma pesquisa, iniciou o relato falando: “Eu sei que eles eram cinco, então era o seguinte, esse pessoal do IPHAN vinham e conversavam só com eles, ai teve um ano aí, que eu não me recordo bem, mas o dia era 27 de agosto, parece que foi 2006, essa reunião foi feita em agosto. Aí tinha uma comitiva de uma emissora de TV, vieram fazer um passeio e vieram realizar uma missa aqui nessa igreja. Eu tava na casa de uma conhecida, passou um pessoal e me convidaram pra ir limpar a sede (que é o salão paroquial) lá, colocar uns bancos pra lá porque logo após a missa eles iam pra lá, pra conversar com a gente. Tudo bem, eu fui aí chegando lá, carregando banco, limpando, era só homem lá, ai esse seu Evandro ele abriu a boca lá naquela sede, se eu tiver mentindo agora um telha dessa pode cair na minha cabeça, ele disse assim: O último círio que vai ser realizado em Joanes vai ser esse ano, que era de 2007, era o último círio que ia ter aqui em Joanes. Eu não perguntei porque, nem pra que, nem porque que ia ser o último círio, ai tá, acabou a arrumação, os homens foram embora, ai na noite chegaram pra reunião, ai eu fui lá, me convidaram, porque eu faço parte ali da igreja, me convidaram e ai eu fui. Quando eu cheguei lá a bagunça já tava generalizada já, já tinham arrancado uns desenhos que eles tinha colocado lá, ai nós tentamos controlar o povo lá, o pessoal, aqueles mais revoltados ai foram,

¹⁵ Prof. Dr. Fernando Luiz Tavares Marques, Arquiteto e Arqueólogo do Museu Paraense Emilio Goeldi.

foram, acalmando. Aí o que era que ia acontecer, eles estavam com um projeto de fazer um cercado, essa área todinha ia ficar sob grade, só ia ficar pro lado da lá a escola, agora me diz por onde era que os alunos iam entrar? Teria bem que ver pela praia pra ir pra escola. Iam fechar tudinho isso ai de grade, foi por isso que se deu essa confusão. Eles iam isolar esse sítio arqueológico, por isso se deu essa confusão”.

Após a leitura desses dois relatos, onde é descrito a partir de duas visões diferentes o ocorrido na reunião de 2006, fica visível que, o IPHAN decidiu se afastar da Vila por receio na receptividade dos moradores, por outro lado, os moradores tiveram a repulsa em aceitar o IPHAN agindo na Vila, após atitudes tomadas pelos integrantes dos órgãos juntamente com alguns moradores.

Sem tomar partido de algum lado, proponho uma percepção: em Joanes, já ocorrera uma situação em que foi limitado o acesso dos transeuntes no perímetro do farol, assim como a ocorrência da poluição visual da paisagem, por conta da implantação do projeto de energia eólica em 1994. Esse ponto da Vila juntamente com a praia grande de Joanes, são os atrativos turísticos mais visitados pelos turistas, levando isso em consideração, a população pode ter ficado com receio quando surgiu um novo projeto para o lugar.

Pode ter ocorrido uma má interpretação por parte da comunidade no momento em que se foi exposto o projeto. A maneira como um grupo de pesquisadores se insere em uma comunidade, pode ser interpretado de diversas maneiras, e podem gerar diversas suposições, talvez isso tenha ocorrido em Joanes.

Um outro diálogo que aborda essa temática foi o de dona Aldair Rabelo, quando afirma que:

“Se reuniu apenas um pequeno grupo, esse grupo era o que tomava todas as decisões e a comunidade não sabia realmente o que estava acontecendo. Foi mal divulgada a atuação do IPHAN aqui dentro de Joanes, porque ficou restrito a esse grupinho que eles escolheram”.

Como consequência desse conflito, a opinião de seu João Gaúcho afirma:

“Daqui poderia sair o pão de algumas famílias, mas infelizmente não se tem ainda essa consciência de querer fazer alguma coisa, a tentativa de 2006 foi desastrosa, altamente desastrosa. Eu acho que a pior consequência de tudo isso, foi a diminuição do poder aquisitivo da Vila. Na época nós tínhamos aproximadamente três mil turistas locais, estrangeiros que vinham pra cá, hoje é um sexto ou menos. Segundo ponto: esses turistas, bem ou mal, movimentavam uma série de coisas aqui, dois grupos de Carimbó, vamos dizer assim, um grupo de artesanato de mulheres rendeiras, duas hortas, hoje nós não temos quase nada disso, nós temos apenas um grupo de carimbo simples, nós temos apenas... as hortas não temos mais, as

comunitárias que serviam inclusive de teste pra Ficap antiga, que é a UFRA hoje, o pesquisador Wagner dava orientação técnica aqui, nós tínhamos frutas como o melão tangerina daqui, coisa totalmente tropical, verduras totalmente orgânicas e que isso foi conhecimento todo jogado fora com a desistência dos “paitrocinadores”, as belgas no caso, e também o aspecto, vamos dizer assim, econômico uns 5/6 em termos de monetário equivalem muita coisa para uma Vila pobre tá, de frente pro mar”.

Por fim, o conflito na Vila de Joanes se estendeu para além das ruínas, as relações se entrelaçam entre o que deve ser feito, quem deve realizar, quem pode cobrar e quem deve manter. As ações realizadas na comunidade deveriam ter deixado bons frutos, porém a comunidade em sua grande maioria não permitiu essa intervenção educacional no patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alcançados os objetivos propostos para a pesquisa, ficam abertas novas possibilidades de estudos do objeto, seja arquitetonicamente, historicamente e culturalmente. Como já afirmado no decorrer do trabalho, a importância local desses objetos de pesquisa é inquestionável, porém é necessário esclarecer alguns aspectos gerais da pesquisa antes de finalizar o mesmo.

Considerando as motivações, as inquietações e os questionamentos ocorridos durante todo esse percurso, o ponto determinante para a escolha das ruínas da Igreja de Pedra e Cal e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário como objeto de pesquisa, foi a percepção da ausência de preservação do patrimônio - que acarreta o abandono e vandalização das edificações -, a relação entre moradores e visitantes para com as ruínas e a igreja também teve grande impacto na escolha. Entendemos a pesquisa como possibilidade para auxiliar no reconhecimento desses patrimônios perante a sociedade.

Seguindo os objetivos iniciais, todo o esforço foi considerado válido, tanto pela pesquisa quanto pela relação criada com a comunidade, em que, além de buscar a compreensão do significado das ruínas e da igreja, teve como proposta ouvir a opinião dos moradores da Vila, e assim compreender o entendimento que eles possuem sobre o patrimônio. Seria possível seguir o estudo em diversas outras vertentes pois o campo estudado ainda mantém lacunas de conhecimento a serem preenchidas, não somente sobre as edificações nele existentes, como também a comunidade em si, que merece receber atenção e visibilidade, proporcionando pesquisas em outras áreas do conhecimento.

Importante destacar a relação dos moradores no sentido de pertencimento do material arqueológico que a Vila possui, assim como o vínculo que uma parte da comunidade tem com as ruínas como símbolo de identidade.

Talvez a constatação da real congregação responsável pela construção da Igreja de Pedra e Cal surja para a comunidade com estranheza, afinal, o título a elas dado, se estende por décadas e será um desafio mudá-lo.

O relato da disputa existente entre os atores de pesquisa confirma o quão maléfico esse desentendimento é para a preservação do patrimônio e para a melhoria da comunidade em sua totalidade, devendo-se crer que a união dos povos, ainda mais aqueles que dividem uma comunidade, é imprescindível para as conquistas e evoluções de um lugar.

A continuidade da existência desse patrimônio depende diretamente do comprometimento dos moradores e da aceitação das intervenções necessárias para a preservação do sítio arqueológico, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e das ruínas, assim como da presença dos órgãos competentes para o direcionamento das atitudes dos moradores na comunidade.

É válido pontuar que ainda existe muita história por debaixo daquelas terras, história que, caso pesquisada, ajudará a comunidade a sair da atual situação de decadência a qual se encontra. É triste visitar a Vila e ouvir dos mais novos os relatos da falta de emprego, do sumiço dos peixes e de como está cada vez mais difícil sobreviver em Joanes. O aumento do êxodo rural é uma realidade, hoje a Vila é composta em grande maioria por idosos e crianças, os jovens que ainda permanecem sobrevivem de assistencialismo social, o que indiretamente incentiva a acomodação de vários moradores.

É fato, que não foram elucidadas em totalidade as lacunas existentes em torno da Vila de Joanes, de seu sítio arqueológico, das Ruínas da Igreja de Pedra e Cal e de sua atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário, contudo, é uma realidade que pode vir a ser realizada com o comprometimento de quem de fato pode intervir.

Por fim, permanece o desafio de junto com a comunidade e os Órgãos competentes prosseguir o estudo na Vila, tanto arquitetônico, como histórico e arqueológico, para que se possa finalmente executar um projeto que reúna preservação, educação patrimonial e arqueológica e, quem sabe, a construção de um memorial que permaneça em funcionamento, contando a verdadeira história da comunidade com exposição de vestígios arqueológicos, dando assim maior visibilidade turística à Vila, atraindo um número maior de turistas, gerando emprego e renda para a comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eneida de; BOGÉA, Marta. Esquecer para preservar. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 091.02, Vitruvius, dez. 2007 <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/181>>.

AMARANTE, Bruno Guimarães, 1978- A estética da ruína como poética [manuscrito] – 93 f.: il. 2013.

AMORIM, Maria Adelina. Os Franciscanos no Maranhão e Grão-Pará Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos. *Estudos de História Religiosa – Faculdade de Teologia Universidade Católica Portuguesa Palma de Cima – Lisboa- SerSilito/MAIA*. 2005.

AIROZA, Maíra Santana. Sítio arqueológico, turismo e comunidade local: reflexões a partir do olhar dos moradores da Vila de Joanes – Ilha do Marajó/Amazônia. *Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará*. 2016.

BARBOSA, Claudomiro Fábio de Oliveira; PINHO, João Tavares; PEREIRA, Edinaldo José da Silva; GALHARDO, Marcos André Barros; VALE, Silvio Bispo do; MARANHÃO, Wilson Monteiro de Albuquerque. - *Situação da geração elétrica através de sistemas híbridos no estado do Pará e perspectivas frente à universalização da energia elétrica*. Grupo de Estudos e Desenvolvimento de Alternativas Energéticas (GEDAE), Universidade Federal do Pará (UFPA). An. 5. Enc. Energ. Meio Rural 2004.

BEZERRA, Marcia. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.-abr. 2011.

BEZERRA, Marcia. As cores do passado na Amazônia: o patrimônio arqueológico no artesanato da Vila de Joanes, Ilha do Marajó, Brasil. *Amazônica* 6 (2): 418-441. 2014.

BRANDI, Cesare. “Teoria da Restauração”. Trad. Beatriz Mugayar Kühl; apresentação, Giovanni Carbonara. Cotia, SP, Ateliê Editorial, 2004.

CAMARGO, Monica Junqueira de. A ruína como lugar da memória arquitetônica. FAU – USP. 2017.

CHASTEL, André. La notion de patrimoine In: NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Paris:Gallimard,1997. v.1.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 2000.

COSTA NETO, A. N. D. 1986 Prospecção arqueológica em Joanes, Ilha de Marajó (PA). Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório inédito.

DANTAS, Carlos Felipe Albuquerque. As “transformações do lugar” na Arquitetura Contemporânea. FAU – UNB. 2007.

DIAS, Joel Santos. “CONFUSO E INTRINCADO LABIRINTO”. FRONTEIRA, TERRITÓRIO E PODER NA ILHA GRANDE DE JOANES (SÉCULOS XVII E XVIII). Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará. 2016.

FERREIRA, Luzia Gomes e BEZERRA, Márcia. O Lugar do Passado no Presente: as narrativas dos Joanenses acerca de museu e patrimônio arqueológico, um estudo de caso na Ilha do Marajó, Pará. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM MUSEOLOGIA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESPANHOLA (IV SIAM) (4. : 2013 : Rio de Janeiro) - Museologia, Patrimônio, Interculturalidade: museus inclusivos, desenvolvimento e diálogo intercultural / Organização Marcus Granato e Tereza Scheiner. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2012.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da cultura. In: A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos* 11(23):15-36. 2005.

LOPES, P. R. C. A colonização Portuguesa da Ilha de Marajó: espaço e contexto arqueológico-histórico na Missão Religiosa de Joanes. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1999.

MACHADO, José de Paula. Marajó. Rio de Janeiro: Agir, 1989, 179 páginas.

MACHADO, Marcello de Barros Tomé - Turismo - um conceito socioespacial. In *Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional*, edited by Giovanni Seabra, pp. 65-79. Editora Universitária UFPB, João Pessoa, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* v.17, N.49, São Paulo, junho 2002.

MARQUES, F.L.T.; Bezerra, M. 2009. *Projeto de Pesquisa Arqueológica e Educação Patrimonial na Vila de Joanes, Ilha do Marajó*. Relatório Parcial. Universidade Federal do Pará, Belém.

MELO, Ana Laura; MIRANDA, Cybelle Salvador. AS RUÍNAS DA IGREJA DE PEDRA E A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO NA VILA DE JOANES – ILHA DO MARAJÓ – PARÁ: DOCUMENTAÇÃO ATRAVÉS DA ORALIDADE. In: Anais do 5º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Anais...Belo Horizonte (MG)

UFMG, 2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/arqdoc/71398-AS-RUINAS-DA-IGREJA-DE-PEDRA-E-A-IGREJA-DE-NOSSA-SENHORA-DO-ROSARIO-NA-VILA-DE-JOANES--ILHA-DO-MARAJO--PARA--DOC>>. Acesso em: 25/06/2018.

MIRANDA, Cybelle Salvador. Ruínas, duração e patrimonialidade. Revista Rua, Campinas - Número 22 – Volume 2 | Novembro 2016 | p. 407 – 424, 2016.

MIRANDA NETO, M.J. Marajó: desafio da Amazônia- aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento. Rev e atual. EDUFPA, Belém 2005. p.218.

NASCIMENTO, Cláudia Helena Campos – Igreja de Santana do Bujaru: caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Pará. 2013.

PATACA, Emerlinda Moutinho. A Ilha de Marajó na Viagem Philosophica (1783-1792) de Alexandre Rodrigues Ferreira. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Ciências Humanas, Belém, v. 1, n.1, p. 149-169, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1989. pp. 03-15.

ROCHA, Ana Luiza; ECKERT, Cornelia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. Iluminuras – Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2001. nº44.

SANTOS, Paulo F. Arquitetura religiosa em Ouro Preto. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.

SCHAAN, Denise Pahl & Marques, Fernando Luiz 2011 Por que não um filho de Joanes? Arqueologia e comunidades locais em Joanes, Ilha de Marajó. *Revista de Arqueologia/Sociedade de Arqueologia Brasileira* 25(1):106-124. 2012.

_____ 2006. Arqueologia, público e comodificação da herança cultural: o caso da cultura marajoara. *Arqueologia Pública* 1:19-30

_____ 2009 Paisagens, imagens e memórias da Amazônia pré-colombiana. In: SILVEIRA, F. L. A. D.; CANCELA, C. D. (Org.), Paisagem e Memória. Belém, Edufpa, pp. 7-20.

SCHAAN, D. P.; SILVA, W. F. D. V. E. 2004. Relatório de vistoria técnica em sítios arqueológicos localizados na ilha de Marajó: PA-JO-46: Joanes, PA-JO-21: Teso dos Bichos e PA-JO-58: Araçacar. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. Inédito.

SCHULZ, Christian Norberg. O fenômeno do lugar. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SOARES, Antônio José Teixeira. Conhecendo o Pará: estudos amazônicos. 1 ed. Belém, Pa: Cultural Brasil, 2015.

SOUSA JÚNIOR, Mário Anacleto de. O conceito de ruína e o dilema da conservação em arte contemporânea. Revista ARA Nº 2 – Outono + Inverno • Grupo Museu/Patrimônio FAU-USP 2017.

URIARTE, Urpi Montoya. « O que é fazer etnografia para os antropólogos », Ponto Urbe [Online], 11 | 2012, posto online no dia 14 março 2014, consultado o 25 março 2018. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/300> ; DOI : 10.4000/pontourbe.300

ANEXO A

HISTÓRICO

JOANES - nome originário dos Índios denominados 'TUIOANE' que habitaram a região onde hoje está situada a Vila de Joanes, sendo que toda a Ilha assumiu o mesmo nome - Ilha Grande de Joanes. Foram esses Índios catequizados pelo Padre Capucho de Santo Antônio, Frei Sebastião do Rosário.

Em 1656, o Governador do Estado do Pará, Capitão General André Vidal de Negreiros, propôs a D. João IV a mudança da Capital do Estado para o local da aldeia de Joanes, por achá-lo aprazível e saudável.

Reafirmando o domínio de Portugal sobre a Ilha Grande de Joanes, o Rei D. Afonso V criou, em 23 de dezembro de 1655, a Capitania da Ilha Grande de Joanes, doando-a a Antônio de Souza Macêdo a quem concedeu o título de Barão da referida Ilha. Este não chegou a colonizá-la, e no século seguinte ela passou para o domínio direto da Coroa Portuguesa.

Os aspectos físicos da Ilha, a sua posição, entre o Amazonas e o Tocantins, frente ao Atlântico, levou os indígenas a denominá-la "MBARÁYÓ" que em tupi significa "o tapamar, o anteparo do mar", dando origem ao nome "MARAJÓ".

Após a expulsão dos religiosos missionários, saiu o Governador do Pará, Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, fundando vilas nas aldeias pertencentes às Missões e a estas dando nome de uma localidade portuguesa. Assim, em 1757 a aldeia de Joanes foi elevada a Vila com o nome de "MONFORTE".

A região passou quase um século e meio sem ter um nome certo, Monforte ou Joanes? Após a Proclamação da República é que foi novamente elevada a categoria de Vila, através de uma Lei, quando então era Governador do Estado o Dr. Lauro Nina Sodré, sendo inclusive a primeira dentre as suas circunvizinhas. Ainda assim, a Vila de Joanes não foi instalada no dia designado pela Lei e sim no dia 27 de outubro de 1895, através de um Decreto.

Edizete M. S. Moraes
Bibliotecária

criação

Lei nº 324 de 06 de Julho de 1895

Art. 5º - Ficam consideradas Vilas as povoações de:

§.1º - Pinheiro, Mosqueiro, Benfica, Limoeiro, Joanes, Brasília, Boim., Matapi-quara.

Art. 6º - A instalação das Vilas de que trata o artigo anterior, terá lugar no dia 15 de agosto vindouro ou não sendo possível, no dia que o Governador designar.

instalação

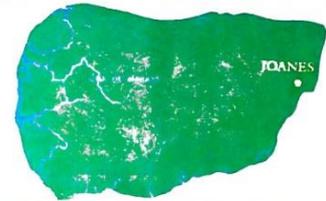
Decreto nº 127 de 04 de outubro de 1895

O Governador do Estado resolve designar o dia 27 do mês corrente para proceder-se a instalação da Vila de Joanes, visto não ter sido efetuada no dia marcado pela Lei.

localização

A Vila de Joanes está situada na costa oriental da Ilha de Marajó, em uma ponta elevada cerca de 10 metros acima do nível do mar, a 18 km distante da Sede do Município (Salvaterra).

Vista panorâmica da praia



Joanes - um dos mais belos recantos da Ilha do Marajó. Suas atrações começam por uma praia de grande extensão banhada pela Baía do Marajó e com influência do Oceano Atlântico, misturando água doce com salgada. Forte sol e temperatura amenizada pela brisa gostosa. Margem arborizada com vegetação farta em toda sua extensão, onde funcionam as Peixarias construídas como cabanas típicas da Região.

Além da praia tem as encostas onde apontam as canoas de pesca e em uma delas está localizada o Farol de Sinalização à navegação. O igarapé, o mangue de onde se pode capturar o amarrão e o caranguejo. As ruínas, de uma igreja construída pelos missionários.

As ruas da Vila se sobressaem pelas gramíneas, como um tapete verdejante, cultivadas pela própria natureza.

Vive da pesca, da lavoura de mandioca produzindo a farinha e do comércio de frutas para a capital.

Dentre os vários frutos que se encontram na região, destaca-se: mangaça, goiaba, cítrico, sapotilha, cupuaçu, bacuri, murici, melância. Saboreia-se também o vinho do açaí, extraído pelo processo regional e primitivo, amassado à mão.

O folclore se faz presente pelo boi bumbá, quadrilha, carimbó, siris, festejos de santos que mexem com todos.

É costume ser oferecido em festas familiares ou mesmo em festejos de santos, a Tiborna, bebida feita de massa da mandioca.

A maior festa religiosa é o Cirio de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da Ilha do Marajó, cuja imagem é admirada pelo seu tamanho - grande e bela.

Chega-se a Joanes por via rio-fluvial, da capital de navio ou balsa até o porto de Amará e de lá pela estrada, numa viagem que dura 4 horas no total.

Descubra Joanes e conhecerá riquezas e belezas naturais em seus montes e inícuos vales.

08/07 - 09:00 hs - Abertura	Hasteamento de Bandeiras
10:00 hs - Ciclismo	
10:30 hs - Ciclismo (2 Categorias)	
15/07 - 19:30 hs - Missa em Ação de Graças	
20:30 hs - Sessão Solene	
22:00 hs - Baile do Centenário	
16/07 - 09:00 hs - Torneio de Futebol Feminino	
22/07 - 09:00 hs - Brincadeiras e Pequenos Jogos	
15:00 hs - Torneio de Futebol Masculino	
20:00 hs - Noite do Folclore	

Colaboradores

Bibliotecária Responsável pela pesquisa

Edizete Maria dos Santos Moraes

Criação - Fotolito e Fotos

Roberto Leite Ferreira de Figueiredo

Coordenação

Arnaldo dos S. Gonçalves e Edovandar das Neves Barros

Ana Maria Conceição dos Santos e Carlos Alípio dos S. Rabelo

Reinaldo José Amorim e Carlos Ataíde da Conceição Rabelo

Jairson e Gerson da Cruz Gonçalves

Raimundo E. S. Aguiar e Carlos Augusto da Conceição Rabelo

Ana Trindade da C. Gonçalves e Miraci Gomes

Fonseca e Edgard Rabelo Gomes

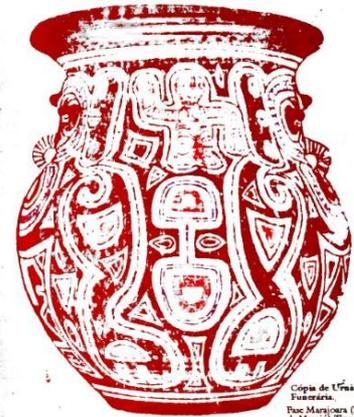


Av. Visconde de Inhaúma, nº 1467 - Paciência
Fone: 246-0911 - CEP 66.083 - Belém - Pará



Av. Dr. Freitas, 3471 - Cep: 66-095-110 - Belém - Pará
Tel.: (091) 226-0412

JOANES
100 ANOS



Cópia de Lúcia
Ferreira.
Pase Marajoara (Ilha
de Marajó) Tito
Joanes Pinheiro

SALVATERRA - MARAJÓ
PARÁ